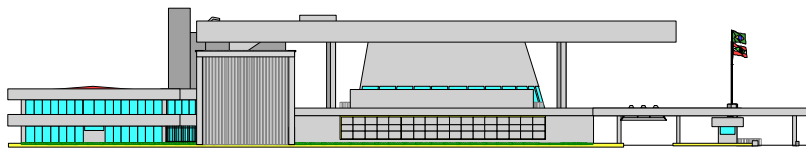


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 08 DE DEZEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.585

13ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

### MESA DIRETORA

Neodi Saretta  
**PRESIDENTE**

Francisco Küster  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Vanderlei Olívio Rosso

**2º VICE-PRESIDENTE**

Odacir Zonta  
**1º SECRETÁRIO**

Gervásio José Maciel  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Francisco Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

### LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

### PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

#### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

#### PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

#### PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

#### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

#### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

#### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

### COMISSÕES PERMANENTES

#### CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente  
Júlio Teixeira – Vice-Presidente  
Eni José Voltolini  
Olices Santini  
Romildo Luiz Titon  
Miguel Ximenes  
João Henrique Blasi  
Pedro Uczai  
Jorginho Mello

#### FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente  
Ivo Konell – Vice-Presidente  
Eni José Voltolini  
Sérgio de Souza Silva  
Leodegar Tiscoski  
Jorginho Mello  
Gelson Sorgato  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Carlito Merss

#### AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Olices Santini  
Eni José Voltolini  
Herneus de Nadal  
Norberto Stroisch Filho  
Pedro Uczai

#### DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente  
Jorginho Mello – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivan Ranzolin  
Narcizo Parisotto  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Idelvino Furlanetto

#### TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente  
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Gelson Sorgato  
Manoel Mota  
Norberto Stroisch Filho  
Pedro Bittencourt Neto

#### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Lício Mauro da Silveira  
Manoel Mota  
Júlio Vânio Celso Teixeira  
Idelvino Furlanetto

#### SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente  
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivo Konell  
Gilmar Knaesel  
Lício Mauro da Silveira  
Cesar Antônio de Souza

#### TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente  
Olices Santini – Vice-Presidente  
Ideli Salvatti  
Gilmar Knaesel  
Herneus de Nadal  
Miguel Ximenes  
Jaime Aldo Mantelli

#### FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente  
Carlito Merss – Vice-Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
Reno Luiz Caramori  
Luiz Roberto Herbst  
Miguel Ximenes  
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração eletrônica, montagem e  
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VII - **NÚMERO 979**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 129ª Sessão Ordinária  
realizada em 25/11/1998 ..... 2  
Ata da 130ª Sessão Ordinária  
realizada em 26/11/1998 ..... 10  
Ata da 131ª Sessão Ordinária  
realizada em 30/11/1998 ..... 13

**Publicações Diversas**

Atas de Comissão Permanente e  
Especial ..... 18  
Ofícios ..... 19  
Parecer ..... 20  
Projeto de Decreto Legislativo ....  
..... 20

**PLENÁRIO**

# ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 25 DE NOVEMBRO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VANDERLEI ROSSO

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO Nº: 3929, encaminhando a solicitação da necessária licença para ausentar-se do País entre os dias 29 de novembro a 06 de dezembro do cor-

rente ano, para participar na Galícia, Espanha, da *Segundas Jornadas Sobre La Constitución de Un Espacio Euroamericano*.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Gilmar Knaesel, que revoga artigo da Lei Estadual 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;
- de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Bombinhas e Porto Belo.

OFÍCIOS NºS:

1232/98, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a cessão de uso de imóvel de propriedade do Estado - Poder Judiciário ao Município de São Miguel do Oeste;

1424/98, do Sr. Diretor de Serviços da Telesc, reportando-se ao Telefax TE/098./98, que solicita a implantação de uma central telefônica no Município de Bom Jesus do Oeste.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado Gervásio Maciel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero justificar o requerimento que deu entrada na Casa tratando de assuntos da Telesc.

Todos sabem da importância que tem o telefone para todos nós da cidade e também hoje do interior. E uma das grandes conquistas para o nosso interior realmente foi a telefonia rural fixa, haja vista que as redes de telefonia via cabos, que eram feitas para o interior, são um custo muito alto, e poucas comunidades tinham este benefício do telefone ou via rádio também, que é um processo não muito bom tecnicamente, com muitas falhas. Com qualquer trovoadas esses telefones já estavam desativados.

Efetivamente, o telefone celular fixo é um instrumento que foi muito bem implantado pela Telesc aqui e no nosso interior, ajudando os empresários do meio rural, aqueles que podem ter um telefone celular.

Hoje as próprias Prefeituras e as associações das comunidades do interior estão fazendo esse mutirão, preparando-se para instalar um telefone celular fixo em cada comunidade, onde colocam uma central telefônica através de rateio.

Para o nosso espanto, recebemos reclamações do Prefeito de Vidal Ramos e de empresários de que a Telesc não está mais li-

gando telefone celular fixo, ou seja, não ativa mais esse tipo de serviço sob a alegação de que o telefone celular móvel - que é possível ser colocado hoje no interior - dá maior rendimento às empresas, e as empresas não têm muito lucro com o telefone celular fixo.

A nossa preocupação é justamente porque sabemos - e nós aqui, da cidade, também - que pagamos uma conta cara de telefone. Existe esse serviço, que é disponível, que na verdade se iguala ao celular fixo. O custo mensal dele é igual ao telefone comum, o comercial e o residencial, do perímetro urbano. E esse interessa, efetivamente, às comunidades.

Existem empresas como a Inepar - eu falei com o gerente -, e só aqui, na região do Alto Vale, existem quarenta e dois aparelhos vendidos, prontos, testados pela Telesc, que já deu o laudo, já aprovou a instalação. As comunidades ou as Prefeituras já pagaram, e também a Inepar, todo o custo do telefone celular fixo. Mas agora a Telesc não quer instalar, não quer ativar, não quer colocar em funcionamento. E a alegação é que ela quer que seja colocado outro serviço, o celular móvel, porque efetivamente rende quase o dobro, ou mais até, para a Telesc.

A nossa preocupação é que não só nós da Assembléia devemos nos preocupar com isso, inclusive o nosso requerimento é endereçado aos Srs. Deputados Federais e aos Senadores que formam o Fórum Catarinense em Brasília, para que junto à Agência Nacional de Telecomunicações, órgão do Governo que controla a ação dessas empresas privadas - que compraram, que adquiriram, que privatizaram a Telesc e as empresas de telecomunicações -, para que tome as devidas providências, para que essa empresa continue prestando bons serviços no sistema de celular fixo, mormente para o nosso interior.

Efetivamente, será um prejuízo para o nosso interior, que já perde. Os nossos agricultores estão abandonando o interior por diversas dificuldades, e uma delas é a comunicação.

A comunicação que é feita rodoviariamente tem dificuldades, e às vezes o pessoal do interior não tem veículos, não tem ônibus, não tem meio rápido de se comunicar com a cidade. Então, hoje, o telefone no interior abrevia despesas, tempo.

O telefone é também, sem dúvida nenhuma - o telefone lá da comunidade do interior -, até um grande médico, porque na hora que alguém está doente, com um simples telefonema, pode fazer a consulta por telefone, pode tomar algumas providências para amenizar o problema de saúde, ou, quando é o caso, quando tem que tomar maiores providências é também via telefone celular fixo que ele pode achar os meios para trazer o doente até a cidade, ou para pedir socorro.

Quando um sistema de segurança do nosso interior tem problemas, e a imprensa tem noticiado, é o telefone um grande instrumento do desenvolvimento do nosso interior. É um instrumento para evitar o êxodo rural, que hoje é uma constante.

Por isso, o nosso apelo não é só na aprovação desse requerimento que estamos encaminhando ao Fórum Catarinense e à Telesc de Santa Catarina, mas especificamente é na conscientização de cada um de que precisamos ajudar o nosso interior, com a responsabilidade de quem sabe que o nosso homem do campo precisa de todos os instrumentos para ele se sentir cidadão igual ao da cidade.

A nossa Constituição assegura os mesmos direitos, as mesmas vantagens e por aí afora. O nosso homem do interior, que já tem hoje uma televisão, antena parabólica, ele tendo um telefone sentir-se-á mais seguro, porque ele sabe que terá um instrumento a seu favor.

Por isso, o nosso apelo, o nosso pedido, esperando que a Telesc, que sempre prestou um bom serviço a Santa Catarina, venha rever essa posição da sua direção, para que o telefone celular fixo continue como serviço em favor da comunidade catarinense, mormente do nosso interior.

Muito obrigado.  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra o Sr. Deputado Gilson dos Santos por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, ocupo a tribuna no horário das Breves Comunicações para fazer um registro que já é contumaz nesta Casa.

Especialmente nós da grande Florianópolis há sete anos temos tido a oportunidade de acompanhar a Festa do Morango, do Distrito de Taquaras, no nosso vizinho Município de Rancho Queimado.

Essa festa que inicia-se no próximo dia 28 e vai até o dia 29, ou seja, neste final de semana, tem um caráter não só festivo, porque é uma iniciativa dos produtores daquela região, que buscam na cultura do morango uma forma de agregar maior renda. São cerca de trinta mil metros quadrados que funcionam sob o regime da agricultura familiar. Hoje já existe um avanço tecnológico realmente acentuado, e os morangos naquele Distrito e naquele Município têm produção durante todo o ano.

Por isso, entendo que é uma iniciativa das mais louváveis, que além de dar ao agricultor a condição da sua exposição, a condição de comercialização desses produtos, é um dia de festa realmente muito animado. E eu não poderia deixar, como uma das pessoas que em quase todas as oportunidades tive o prazer de lá comparecer, de registrar esse acontecimento que ocorrerá no próximo final de semana.

É uma programação realmente extensa, e quero aproveitar o ensejo para convidar todos aqueles que gostam do meio agrícola, e aqui nesta Casa tem muitos, Deputado Norberto Stroisch, para o prestigioso dessa 7ª Festa do Morango, que ocorre no Distrito de Taquaras, região do nosso eminente Deputado Gervásio Maciel, no Município de Rancho Queimado.

Aproveito também para dizer que o Deputado Gervásio Maciel já foi em algumas eleições o Deputado mais votado no Município de Rancho Queimado.

Nós não podemos deixar de registrar isso, porque ele efetivou um grande trabalho em favor daquele Município.

Eu queria cumprimentar todos os organizadores da 7ª Festa do Morango e aproveitar o ensejo para desejar sucesso absoluto, porque são iniciativas dessa natureza que efetivamente fazem com que o nosso agricultor ainda tenha a esperança de continuar na terra.

Como nós de Santa Catarina e praticamente de todo o País entendemos que a solução dos problemas nacionais também passam, de maneira muito decisiva, pela agricultura do Estado e do País, fazemos esse registro e de antemão cumprimentamos todos aqueles que têm a responsabilidade na organização dessa Festa do Morango no Distrito de Taquaras, em Rancho Queimado.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Eni Voltolini, por até quinze minutos.

Eu queria aproveitar este momento, pedindo licença ao Deputado Eni Voltolini, para anunciar a presença de amigo urussanguense, Vice-Presidente do CDL e Presidente do PFL em Urussanga, Sr. Antônio Carlos Zanellatto, que aqui se faz presente.

Queremos que se sinta em casa.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, catarinenses, o primeiro registro que gostaria de fazer na hora destinada ao nosso Partido é lamentar que mais uma vez a comunidade que trabalha em nome da agricultura de Santa Catarina, os servidores que prestam um atendimento público às questões da agricultura, estejam hoje realizando mais um movimento nos fundos da Secretaria de Agricultura, local que o Deputado Gelson Sorgato bem conhece, para tratar de reivindicação de salários não pagos.

Que triste fim nós estamos vendo, Deputado Gelson Sorgato, em apreciar os seus colaboradores, colaboradores de Santa Catarina, tendo que tentar como última instância um movimento grevista ou um movimento de alerta.

Eles estarão vindo à Assembléia Legislativa para pedir a todos os quarenta Deputados o apoio para que o Governo de Santa Catarina, o Poder Executivo, o patrão, o empregador de todos aqueles servidores possa dizer a eles se eles merecem ou não receber os salários, se eles devem ou não devem continuar a prestar o serviço, porque estamos chegando a um momento de encruzilhada no qual o servidor já não sabe mais se é útil ou não.

Sempre a regra foi: se eu trabalho, eu tenho direito a receber. Mas, Srs. Deputados, parece-me que no atual Governo esta não é a regra. Tem-se até o direito a trabalhar, mas a receber vão ver se têm dinheiro para pagar.

Hoje os servidores da agricultura, pela pauta apresentada aqui, deverão visitar esta Casa às 16h30min, como já vieram outros de outras áreas, para, mais uma vez, falar do movimento sem salário, sem vale alimentação, sem plano de saúde, sem dinheiro e sem respeito por parte do empregador.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados que buscassem ainda este ano conclamar a estrutura que responde pelas questões ambientais de Santa Catarina a assumir uma posição mais firme no comando dessas questões.

Quero citar um conjunto de fatos, ressaltados apenas a uma área de Santa Catarina, que mostra a falta de personalidade que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente tem com as questões de Santa Catarina, a começar pela grande quantidade de entidades, em níveis federal e estadual, que dizem tratar do assunto ligado ao meio ambiente.

Uma hora é a Seduma, por vezes é a Fatma, em outras vezes é o Ibama, em outra vez é a Polícia de Proteção Ambiental, e o catarinense não sabe mais a quem recorrer para resolver seus problemas.

É uma sucessão de encaminhamentos, e irei citar alguns fatos para demonstrar isso, o que mostra claramente que talvez o primeiro desafio do próximo Governo seja reordenar a questão ambiental em Santa Catarina.

O Senador Esperidião Amin tem dito que deseja acoplar a uma unidade as questões de cultura, de turismo e de meio ambiente. Faz muito bem em fazer isso, para que possamos oferecer a Santa Catarina pelo menos a atenção, o respeito que não conseguimos ter ao falar do assunto aterro sanitário e industrial de Blumenau. O que os Deputados, representantes maiores dos interesses do povo catarinense, obtiveram disso? Nada. Apenas desinformação, contradições. Pessoas tentam justificar laudos mal executados, tentam explicar o inexplicável.

Vamos falar de outra questão. Vamos falar de hidroelétrica em Joinville. Uma hidroelétrica que vai produzir 2% da energia necessária em Joinville, que vai ocupar uma área equivalente a 300 campos de futebol, sobre a Serra do Mar, com o custo comprovadamente maior do que qualquer outra alternativa de geração equivalente de energia, como, por exemplo, o aproveitamento do gasoduto Brasil/Bolívia, que está sendo implantado, ou o aproveitamento do gás

produzido pelos poços que estão sendo perfurados na costa de Santa Catarina, mas que o IBGE tempos atrás conseguiu dizer que era a costa do Paraná.

Até agora o Governo catarinense não teve personalidade para exigir os *royalties* que são devidos a Santa Catarina, porque a linha traçada claramente não se identifica com a costa catarinense, mas lá estão os poços queimando o gás, sem que possa ser aproveitado em Santa Catarina para uma termoelétrica.

Pelos cálculos produzidos pela própria superintendência da Petrobrás, estariam sendo possíveis, através dessa termoelétrica, a geração de energia elétrica equivalente a cinco vezes essa hidroelétrica que estaria sendo planejada para a região do Cubatão, por um custo inferior à metade do que foi projetado para essa hidroelétrica.

Lá estão laudos do Ibama, lá está a presença do Governo do Estado através da Fatma e lá está mais uma vez a sociedade de Santa Catarina sem saber a quem recorrer.

Apresentando esses dados, pronunciando-se, indo ao Ministério Público, dá a impressão de que o que vale mesmo é o interesse maior de quem quer investir ou de quem quer ganhar dinheiro com a construção da hidrelétrica e não com o benefício dirigido à sociedade.

Vou citar outros casos, vou citar o *ferry-boat* ligando o Município de Joinville ao Município de Itapoá. Já foi dito isso aqui várias vezes, a Bancada Suprapartidária Norte/Nordeste já fez várias reuniões, várias idas ao Ibama, à Fatma, à Seduma, e passados dois anos e meio não conseguimos até agora liberar a travessia de 900 metros já autorizada por quem tem a condição de autorizar, com equipamentos já disponíveis, porque não se vence os obstáculos ambientais colocados ao processo.

Qual é o obstáculo ambiental? Oitocentos metros de uma estrada já aberta, como se fosse uma picada que foi alargada, e por conta disso uma sucessão de multas e penalizações para prejudicar a quem? Para prejudicar o empresário? Não! Para prejudicar principalmente as pessoas que poderiam acessar ao Balneário e principalmente as pessoas que de Itapoá precisam dos serviços de saúde e de educação, alunos que precisam, ao invés de andarem 22 quilômetros, contornar 82 quilômetros para chegarem até a universidade.

Vou falar de uma outra questão: Polícia de Proteção Ambiental. Nessa semana ainda reportagens surgiram a respeito do comportamento truculento da nossa chamada Polícia de Proteção Ambiental.

Na verdade, a nossa Polícia de Proteção Ambiental ainda não conseguiu se desvencilhar da Polícia Militar. É uma polícia militarista, não é uma polícia ambientalista, é uma polícia que não consegue adotar procedimentos que foram colocados sempre como primeiro mandamento da polícia ambiental.

Quando foi apresentada a Santa Catarina, a Polícia de Proteção Ambiental apresentava-se como uma polícia a promover educação ambiental. Era esse o primeiro princípio da polícia. Para isso foram criadas cartilhas, foram criados centros, instalaram-se no parque do Rio Vermelho como uma unidade de proteção, e apesar de tudo isso não há como disciplinar o comportamento da Polícia de Proteção Ambiental para que as pessoas se sintam protegidas e desejosas de ter polícia, porque uma sociedade sempre deveria ter o desejo de ter polícia próxima, porque polícia tem que significar garantia, tranquilidade, segurança.

Hoje, quando se trata de Polícia de Proteção Ambiental, as pessoas repelem e consideram a Polícia de Proteção Ambiental sinônimo de presidio ou de aterro sanitário, e assim ninguém quer ou quase ninguém quer. Isso não pode mais acontecer. A Polícia de Proteção Ambiental deveria (e eu acredito nisso) ser a salvaguarda dos bens dos recursos naturais de Santa Catarina, da garantia da preservação da vida e da qualidade de vida. Queremos que a Polícia de Proteção Ambiental seja assim.

Nós não queremos que ela seja extirpada e eliminada, mas que ela considere as suas atitudes truculentas e contenha-se dentro do limite de suas responsabilidades.

A região Norte de Santa Catarina, Deputado Luiz Herbest, região onde V.Exa. tem base eleitoral, a região do Planalto Norte, que convive com o Estado do Paraná, hoje recebe tratamentos por parte do Ibama totalmente diferentes com relação à política florestal.

Estava há poucos minutos conversando com a pessoa que responde em nome do Júlio César no Ibama, que é o José Paulo, e questionava mais uma vez isso a ele, ou seja, por que o mesmo órgão federal tem tratamento tão distinto de um Estado para outro. Talvez a conclusão disso tudo, Deputado Afonso Spaniol, seja que falta em Santa Catarina a representação forte e oficial do Governo de Santa Catarina nas questões ambientais.

As coisas estão acontecendo, como estava na semana passada na Bahia da Babilonga, em São Francisco do Sul, onde os pescadores estavam sendo privados de fazer a pesca artesanal. Por quê? Porque lá havia a extensão do defeso? Não. Porque havia uma má interpretação da abrangência do defeso, e teve que se criar toda uma celeuma para restabelecer a verdade sobre isso, para que as pessoas não fossem apenas.

O que está restando para todos nós? Temos que correr uma hora para a Fatma, outra hora para o Ibama, outra hora para a Polícia de Proteção Ambiental, e aonde está o Governo de Santa Catarina? Aonde está a mão forte de Santa Catarina, da qual nós estamos pedindo há tanto tempo um pacto federativo? Já falamos disso aqui, Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Isso só com um Secretário do Meio Ambiente forte.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Com toda a certeza. Também passa por aí. Tenho a esperança que o próximo Governo possa, junto de sua base de sustentação, destacar alguém que faça isso.

A Seduma é uma peça importante no processo, assim como é a Fatma, o Ibama, a Polícia de Proteção Ambiental, e sem coordenação nada disso fica bem resolvido. E o pior é que o reflexo disso vem para cá, vem para os gabinetes dos Parlamentares, que a toda hora são chamados, são instados a resolver questões para as quais existe um grande número de entidades e de pessoas que estão sendo pagas.

Não é por falta de estrutura que está havendo problemas ou a não-solução. Os problemas estão acontecendo porque as pessoas e as entidades que têm a responsabilidade de resolver não o estão fazendo. Não estão sentando ao redor da mesma mesa. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente há dois anos chamou o Ibama, chamou a Fatma, chamou a Polícia de Proteção Ambiental, chamou a Seduma, pediu que fizessemos isso, está cobrando a regulamentação da Lei de Política Florestal, que foi aprovada nesta Casa no ano passado e que até agora não foi regulamentada.

Então, esta Casa tem feito tudo que pode fazer. Está na hora das entidades, que respondem pelo meio ambiente, que têm responsabilidade maior de cuidar do nosso meio ambiente, fazer o seu papel.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não.

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado Eni Voltolini, eu iria colocar como adendo ao seu pronunciamento exatamente as suas últimas colocações.

O que falta é organizar uma política ambientalista no Estado de Santa Catarina, com a participação efetiva do Governo do Estado em conjunto com o Governo Federal. O que está acontecendo hoje? A Fatma tem uma linha, o Ibama tem outro e a Polícia Ambiental tem outra absolutamente diferentes.

Lembro que quando discutimos a Lei Florestal de Santa Catarina, a Polícia Florestal fez todo um esforço para não se vincular nem à Fatma nem ao Ibama, para ser uma estrutura independente. E passou a ser uma estrutura que recebe denúncias e vai lá prender o denunciado, sem discutir, como aconteceu no Vale do Itajaí exaustivamente.

Quanto ao Ibama, se a polícia prende um determinado produto da estação florestal, por exemplo, lenha, e não sabe o que fazer com a lenha apreendida, fica lá até apodrecer.

Então, na verdade o que está faltando é o Governo tomar uma posição. E o primeiro passo, Deputado Eni Voltolini, no meu ponto de vista, é a regulamentação da lei florestal que nós aprovamos nesta Casa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) (Faz soar a campainha) - Concedemos mais um minuto a V.Exa.

O Sr. Deputado Olices Santini - ...que é o começo para se chegar a esse consenso envolvendo o Ibama, que está louco, na verdade, para sair do processo, transferi-lo para uma estrutura do Estado, para que faça isso. E a Fatma precisa criar consciência de que ela é um órgão responsável pela conservação, pela manutenção, pela preservação do meio ambiente. E não um órgão cobrador de taxas do Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu agradeço a V.Exa. pelo aparte e agradeço também à Presidência pelo tempo concedido a mais.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Tendo o PFL declinado de fazer uso do seu horário, passaremos à redistribuição do tempo, cabendo oito minutos a cada Partido.

Os primeiros oito minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ivo Konell, no horário do PMDB, redistribuído, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO IVO KONELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ocupo a tribuna no dia de hoje para produzir aqui alguns esclarecimentos que são necessários em razão do linchamento que eu estou sofrendo por parte de alguns setores da imprensa deste Estado, em função dos últimos acontecimentos que se deram e dos quais estamos participando.

Eu preciso esclarecer aqui que não estou respondendo na Justiça a nenhum processo que envolva algum tipo de cometimento de ilícitos. Eu tenho em Jaraguá do Sul uma oposição muito raivosa. O Prefeito daquela cidade, após as eleições do dia 04 de outubro, tem promovido contra mim realmente verdadeiros absurdos.

Logo após a eleição mandou publicar na primeira página do jornal A Notícia um relatório em que ele relacionava trinta e cinco processos que eu estaria respondendo no Tribunal de Justiça, algo que é absolutamente falso, que não existe.

Eu respondo no Tribunal a dois processos ainda resultantes da época em que eu era Prefeito de Jaraguá do Sul. E quanto aos demais processos que ele ali relacionou, dezoito deles são processos aos quais responde o Prefeito que me antecedeu em Jaraguá do Sul, que foi Deputado nesta Casa, o ex-Deputado e ex-Prefeito Durval Vasel.

Os demais processos onde o nosso nome está relacionado são decorrentes da nossa função como Prefeito e como Secretário daquele Município e são processos de diversas origens, impetrados contra nós por pessoas da comunidade que não se conformavam com o pagamento de contribuição de melhoria; processos de ex-Secretários que foram afastados da Prefeitura e pediram judicialmente a sua reintegração; processos na Justiça Eleitoral das campanhas de 88, de 92, de 94, dos quais nenhum de nós está livre, porque não podemos impedir que alguém nos acione na Justiça por entender que qualquer ato daqueles praticados mereçam esse tipo de procedimento.

Mas quero deixar a todos os Deputados e principalmente à imprensa a certeza de que o nome de Ivo Konell jamais esteve ou estará envolvido em qualquer processo que possa ter origem na prática de alguma improbidade administrativa ou de algum ilícito penal.

Nós estamos, felizmente, livres dessa pecha, e temos a lamentar profundamente a imprensa tenha se comportado dessa maneira, pois, sem ter nenhum tipo de prova daquilo que recebeu, remeteu a matéria para os demais órgãos de imprensa, através da assessoria do Prefeito de Jaraguá do Sul.

Não busco em momento algum esclarecimentos a respeito, mas é que não dão oportunidade ao ofendido de se pronunciar, e isso tudo leva a esse estado de coisas que estamos vivendo hoje.

Para a sociedade catarinense, para as pessoas que não me conhecem, estou colocado hoje como um verdadeiro marginal, e não posso mais continuar calado. Já devia ter feito esse pronunciamento há duas ou três semanas, quando tudo começou, e nos contatos que tive, inclusive com diretores desses órgãos de imprensa, deram-me garantia de que isso não voltaria a ocorrer. Alguns até fizeram correções na matéria que foi publicada, mas outros ainda insistem com notinhas, sempre maliciosas, no sentido de denegrir a imagem do Deputado Ivo Konell e também a de outros Deputados.

Ainda hoje vimos novamente uma matéria relacionando um Deputado do PPB eleito no dia 4, bem como o Deputado Manoel Mota e o meu nome. Esses articulistas não conhecem a área jurídica, não se aprofundam para terem condições de fazer uma matéria, e acabam ofendendo, caluniando as pessoas sem nenhuma razão.

Se estamos respondendo na Justiça por qualquer tipo de processo, não podemos ser crucificados antes de termos uma condenação. Não é possível que a imprensa continue com esse tipo de procedimento! A cada dia que passa, sem conhecimento de causa, continuam com essas matérias que atendem ao desejo apenas dos nossos adversários. E todos sabem quem são os nossos adversários e o poder que eles têm, principalmente o econômico, que ajuda, certamente, a ter estampadas nos jornais manchetes e notícias que atendem aos seus próprios caprichos.

Com relação à rejeição de contas que tive do ano de 1991, o Tribunal de Contas, no seu relatório, que foi julgado, foi muito claro ao dizer que as restrições que permaneciam eram de ordem formal, não trouxeram nenhum tipo de prejuízo ao erário público e eram questões passíveis de regularização.

A Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, após o ano de 92, quando perdemos as eleições para o ex-Deputado Durval Vasel, que conseguiu construir uma maioria de 2/3, rejeitou as nossas contas em caráter insanável, enquadrando-nos na Lei Complementar nº 64. E o objetivo era nos tornar inelegível.

Esse procedimento foi contestado por mim na Justiça. Tenho contra a Câmara uma ação, através da qual peço a desconstituição daquele decreto legislativo. Está no Supremo, para julgamento do agravo que requeri, e no dia 10 de dezembro prescreve o prazo sobre o que me foi imposto pela Câmara de Vereadores: cinco anos de perda de direitos políticos.

Então, não traz nenhuma consequência, não há nenhum risco de nós perdermos o mandato. Essa é outra questão que a imprensa coloca a cada momento sem nem sequer saber como se dá a perda do mandato de um Parlamentar, de um Governador e assim por diante.

Essa é a minha manifestação, e eu gostaria imensamente que esses artigos parassem e que me dessem oportunidade de me defender previamente dessas acusações maliciosas colocadas pelos meus opositores em Jaraguá do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda na redistribuição do tempo, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, Srs. Deputados e visitantes, a partir de hoje, dia 25 de novembro, Dia de Santa Catarina, falta exatamente um mês para o Natal, e estou iniciando um ensaio para fazer um modesto cartão de natal, no qual devo colocar uma mensagem de agradecimento, de gratidão, de esperança.

Fico refletindo que tipo de mensagem nós, líderes políticos, podemos ainda transmitir ao povo, às pessoas. Vem aí 1999, e se nós fizermos uma retrospectiva do último ano, veremos que, em média, a grande maioria das pessoas empobreceu mais, vivendo hoje uma situação mais difícil, tanto as pessoas que moram no interior - os agricultores -, como as pessoas que moram nas cidades - os operários, servidores, funcionários públicos, pequenos, médios e grandes empresários.

Foi um ano particularmente difícil para nós, Deputados, que passamos por mais um teste, por mais um vestibular ao enfrentar as eleições. E o que nos espera em 1999 já está no Congresso Nacional, com algumas medidas já aprovadas. Esse pacote de ajuste fiscal, de ajuste na economia, mais uma vez castiga o povo, castiga os trabalhadores, castiga os pequenos Municípios, pune o servidor público.

Os colonistas dos grandes jornais prevêm que o ano de 1999, via de regra, vai ser um ano ainda mais difícil, com mais recessão, com mais desemprego do que 1998. Evidentemente que aqui, no Estado de Santa Catarina, nós vamos ter mudança de Governo, e sempre quando assume um novo Governo, uma esperança nova também nasce, na perspectiva de se implementar uma política econômico-social voltada realmente para o desenvolvimento do Estado, visando o bem-estar do seu povo, das famílias.

E nesse sentido, Srs. Deputados, apesar de tudo, apesar de vislumbrarmos na nossa frente um ano difícil, um ano em que nós teremos de fazer um esforço ainda maior, temos que dizer ao povo que é preciso resistir, que é preciso trabalhar, organizar-se cada vez mais no sentido de haver mais cidadania, mais democracia, no sentido de um Estado mais transparente em todas as suas esferas (federal estadual e municipal), um Estado mais democrático, com participação da sociedade e organizado pelas suas instâncias, pelas suas representações civis.

Mas apesar de saber que vamos enfrentar um ano difícil, não podemos de maneira alguma, Srs. Deputados, deixar que o desânimo, que a desesperança tome conta do povo catarinense. Nesse sentido, como falei no início do meu pronunciamento, estou fazendo um ensaio para, num cartão de natal, colocar uma mensagem para 1999, transmitindo, acima de tudo, muita esperança, muito otimismo em relação ao futuro Estado de Santa Catarina, apesar desse pacote fiscal, que, no meu ponto de vista, é um pacote desastroso em nível de Brasil, é um pacote que poderia ser diferente, um pouco invertido, através do qual deveria pagar as contas quem tem mais, e não o povo, os trabalhadores mais uma vez.

Portanto, através dessa mensagem, quero dizer aos catarinenses que não desistam, que não desanimem, que acreditem na sua capacidade de se organizar, de juntos construírem um Estado de mais cidadania, um Estado onde o povo pode ser mais feliz, ter um futuro mais tranquilo, onde todas as famílias podem viver melhor.

Nesse sentido, quero transmitir muita esperança e, apesar de tudo, muito otimismo para Santa Catarina nesse ano que se inicia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda na redistribuição do tempo, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Olices Santini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo o horário do nosso Partido para saudar os companheiros da área da agricultura, os nossos dirigentes sindicais, os funcionários das empresas ligadas à Secretaria da Agricultura, que vêem hoje aqui registrar a sua indignação com o tratamento que têm recebido do Governo do Estado em termos de condições de trabalho, de programa e de força da Secretaria da Agricultura como estrutura de Governo, principalmente com o atraso dos seus vencimentos, atraso este que já chega, Deputado Gilson dos Santos, a aproximadamente 60 dias.

Hoje pela manhã, juntamente com a Deputada Ideli Salvatti, tive a oportunidade de participar da Assembléia Intersindical da Agricultura, que vem manifestando a sua indignação com os rumos da agricultura, não somente na questão salarial, mas principalmente quanto ao enfraquecimento das estruturas responsáveis pela condução da política agrícola do nosso Estado.

Assim sendo, em nome do nosso Partido e em meu nome pessoal, gostaria de registrar a solidariedade da Assembléia Legislativa à situação angustiante que vive o nosso companheiro na área da agricultura.

Tive oportunidade de fazer aqui dois pronunciamentos a respeito da implantação do Plano de Cargos e Salários nas duas maiores empresas da Secretaria da Agricultura, a Cidasc e a Epagri. Registrei a minha indignação e a necessidade de a Assembléia Legislativa se posicionar sobre essa questão, principalmente encaminhando uma solução para corrigir a grande distorção dos vencimentos que foram implantados recentemente na Cidasc.

Companheiros do sindicato nos informaram sobre os absurdos que foram cometidos pela direção daquela empresa, que distribuiu 9,18% sobre a folha total da Cidasc para alguns funcionários, cuja sistemática não é de conhecimento dos próprios funcionários, não é de conhecimento da Assembléia Legislativa, não é transparente. Tanto é que os sindicatos não puderam acompanhar como foram distribuídos os benefícios estabelecidos pelo Governo para a correção de possíveis perdas de salário.

Tivemos oportunidade ainda, na data de ontem, de conversar com o Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos, o Deputado Pedro Bittencourt, a fim de fazermos uma reunião hoje, no final da sessão, para vermos que encaminhamento poderemos tomar para evitar um processo imoral, injusto e discriminatório.

E temos informações, Deputado Gilson dos Santos, que depois do nosso pronunciamento, depois da ação dos funcionários da Secretaria da Agricultura, depois da Intersindical entrar com um pedido de uma ação civil pública no Tribunal Regional do Trabalho e no Tribunal de Contas, as coisas estão sendo modificadas na empresa. Isso prova que todas as questões que foram levantadas pela Intersindical e aqui, por nós, tinham fundamento.

Nós gostaríamos de cumprimentar todos os funcionários da Agricultura aqui presentes e dizer que somos solidário com o movimento, manifestando a nossa vontade, exigindo a verdade, exigindo transparência nas questões do Governo, porque aí vamos conquistar o nosso espaço.

A nossa forma de fazer as coisas sempre foi ordeira, através do trabalho, da reivindicação sadia e do respeito às autoridades constituídas; agora, temos também o direito de saber como as coisas estão sendo feitas, principalmente aquelas que nos afetam mais diretamente. O salário é a coisa mais sagrada do trabalhador, e ninguém tem o direito de retê-lo por tanto tempo, como acontece agora na Secretaria da Agricultura.

Hoje pela manhã, Deputado Gilson dos Santos, em reunião com a Intersindical, teve a oportunidade de ler um artigo, publicado no jornal O Estado, que manifesta exatamente que existem nas estruturas públicas de Santa Catarina alguns funcionários que são privilegiados e outros que são esquecidos. Nesta Casa, ontem os funcionários receberam seus salários; assim sendo, não é justo que os nossos companheiros da área da agricultura estejam há 60 dias sem receber o seu.

Deputado Eni Voltolini, V.Exa., que foi Secretário-Adjunto daquela Pasta, sempre demonstrou em suas ações probidade, competência, responsabilidade e principalmente transparência com as questões públicas. E é isso que nós estamos exigindo.

Surpreende-me agora o fato de o Governo ter manifestado interesse em rever o acordo coletivo de trabalho para incluir uma cláusula gerando estabilidade por três anos para todos os funcionários. Não há necessidade, Deputado Gelson Sorgato, de o Governo que está saindo preocupar-se com esse tipo de coisa, pois fui Presidente da Cidasc e posso dizer que nunca demitimos ninguém que trabalhasse, que fosse competente ou por questões políticas ou pessoais, porque é isso que a Agricultura precisa: de pessoas que cumpram com suas obrigações. Por isso, não acredito que agora haja esse tipo de preocupação.

Assim sendo, em nome do PPB, gostaria de manifestar solidariedade aos companheiros da Agricultura e dizer que esta Casa tem obrigação de ser parceira neste processo. Tenham certeza de que hoje, às 17h, estaremos junto com vocês através da ação da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, a qual tem a responsabilidade de acompanhar toda e qualquer ação relativa ao funcionário público.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Também concordo que os vencimentos dos funcionários sejam pagos em dia, mas gostaria de levantar uma questão em relação ao

aumento da Cidasc e da estabilidade dos funcionários, pois há uma pedido da Intersindical para que se dê garantia por três anos, encaminhado às empresas.

Uma outra questão é que 50% foram implementados, por tempo de trabalho, para os funcionários, os outros 50% não foram implementados. E como há uma ação no Ministério Público, eu gostaria que fosse pedido o contra-cheque de todos os funcionários especificando o valor do salário, para realmente se fazer uma avaliação, para não se fazer uma denúncia vazia, que não tenha contestação.

V.Exa., Deputado Olices Santini, tem conhecimento que, no passado, por merecimento, foram dados benefícios aos funcionários daquela empresa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Os próximos minutos são destinados ao PFL, que cede o seu espaço.

Portanto, se V.Exa. quiser concluir o seu pronunciamento, dispõe de sete minutos.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de fazer uma breve consideração ao aparte do nobre Deputado Gelson Sorgato. Queria dizer a S.Exa. que não há necessidade de se pedir nada, pois ela é uma empresa que tem compromisso com a verdade.

Serviço público é do conhecimento de todos; assim sendo, não há necessidade de nós aqui, ou a Intersindical, pedir para a direção de qualquer empresa que publique o contra-cheque ou o critério que utilizou para o reenquadramento.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Nós vamos fazer aqui, na Assembléia, a relação de todos e o aumento de cada um.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Ouvi V.Exa. com todo o respeito, agora gostaria que V.Exa. permitisse eu concluir o meu raciocínio.

Gostaria de dizer a V.Exa. que não há necessidade de se pedir, pois como a coisa é pública, os funcionários têm o direito de saber.

E vou dizer mais uma coisa a V.Exa: tivemos oportunidade de, no primeiro Governo...

(Falas paralelas entre os Deputados Gelson Sorgato e Olices Santini)

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Deputado, se V.Exa. me pedir um aparte, eu concederei com muita honra e com muito prazer, mas antes gostaria de concluir o meu raciocínio.

Quero dizer que, no primeiro Governo de Esperidião Amin, recebemos 21.2% para distribuir a todos os funcionários, para reenquadrar, corrigir distorções de enquadramento. Constituímos uma comissão de onze funcionários - da qual faziam parte o Presidente da associação, representantes dos funcionários do Conselho de Administração da empresa e funcionários indicados por todos - para que fizesse isso, e foi absolutamente transparente, não houve necessidade de se requerer folha de pagamento ou contra-cheque.

Portanto, como é uma coisa pública, no meu ponto de vista não há necessidade de se estabelecer isso. Só estamos entrando neste processo, através da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, porque os funcionários nos trouxeram isso e estão aqui em função disso. Se a coisa tivesse sido absolutamente transparente, não estariam aqui esses funcionários da Secretaria da Agricultura. mas estão aqui exatamente porque não conhecem, como nós não conhecemos.

Fiz denúncias por duas vezes em cima do que estabeleceu a Intersindical, em cima da ação que moveu no TRT, em cima do pedido que fez ao Tribunal de Contas de promover lá uma auditoria especial para ver a questão. O que nós queremos é só justiça!

O Sr. Deputado Gerson Sorgato (Intervindo) - V.Exa. tem conhecimento do ofício da Intersindical encaminhado à empresa, pedindo para rever o acordo coletivo e, inclusive, a garantia do trabalho dos funcionários?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - V.Exa. está falando de duas questões diferentes, Deputado! Acho que a Intersindical tem o direito de pedir e de ver, pois representa os funcionários. Agora, se for necessário, nós vamos pedir!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado, até para que as pessoas representando a Secretaria da Agricultura aqui não pensem que V.Exa. está fazendo uso da tribuna para falar do assunto apenas neste momento, gostaria de dizer que somos testemunha de que por duas vezes, no mínimo, V.Exa. já se reportou ao assunto.

E ainda há pouco, o PPB, através das palavras deste Deputado, reportava-se à questão anunciando que chegariam aqui pessoas da Secretaria da Agricultura para anunciar não mais um avanço tecnológico, não mais uma conquista, um acréscimo de um serviço prestado, infelizmente, mas para requisitar salários.

Falava este Deputado que certamente essas questões não deveriam fazer parte da nossa pauta, que não deveria ser missão de um Parlamentar cobrar do Poder Executivo, que é o patrão, o empregador, o chefe, a sua responsabilidade primeira, que é pagar a quem lhe presta serviço.

Tudo o mais que foi falado é apenas para contornar o problema. V.Exa. denunciou aqui o que aconteceu na Cidasc, com os benefícios dirigidos a um pequeno grupo de pessoas, e nós estamos aguardando até agora a relação dessas pessoas. O Deputado Gelson Sorgato já disse que isso é público, e nós queremos saber se há ou não coincidência em relação a alguns nomes atrelados a bons salários, queremos saber qual é o critério. E não é porque vocês estão aqui que estou falando isso, da outra vez já dizia que queríamos saber qual o critério que tinha sido seguido.

Deputado Gelson Sorgato, V.Exa. disse que é um pleito da Intersindical a garantia de três anos de estabilidade no emprego, mas parece-me que a primeira coisa que essas pessoas todas querem saber é se têm ou não o direito de receber o pagamento pelo serviço que fazem. Se essas pessoas receberem isto, que é o seu maior e primeiro direito, elas não precisariam estar aqui.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Gostaria de reforçar as suas colocações, Deputado Eni Voltolini, porque queremos deixar transparente. Se isso for feito, estaremos todos satisfeitos; se o Governo estabelecer a normalidade em termos de salário, também estaremos satisfeitos. Nós só queremos isso.

O Sr. Deputado Gerson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gerson Sorgato - Nobre Deputado, pronunciei-me que sou a favor do pagamento do salário dos funcionários porque prestaram seus serviços e merecem receber.

Porém, referente à questão levantada pelo Deputado Eni Voltolini, ele não disse aqui se posteriormente vai concordar com a estabilidade dos funcionários. Se a Intersindical está pedindo, hoje as empresas têm que apreciar se vão ou não conceder esse acordo coletivo.

Em segundo lugar, dos 9.18% de aumento, foram distribuídos a todos os funcionários, por tempo de trabalho, 5.36%. O restante foi rateado e será distribuído por outros critérios. Esses dias, V.Exa. citou aqui o diretor José Alves, e esteve olhando o aumento dele, foi de 1.37, que é 50%, e se for implementado, será mais 1.37.

Então, realmente gostaríamos de obter uma relação de todos os funcionários com o percentual e o valor, para não ficarmos aqui discutindo que pessoas receberam tal valor quando na verdade não receberam.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Gostaria, para concluir, de dizer aos companheiros da Secretaria da Agricultura que o Deputado Gelson Sorgato participou do processo e tem um conhecimento que nós não temos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Herneus de Nadal e Odacir Zonta.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, considerando a visível falta de *quorum*, requeremos que a pauta do dia de hoje seja transferida para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consultaremos os Líderes, lembrando que temos na pauta apenas requerimentos e a redação final do Projeto de Lei nº 205. Assim, não haveria impedimento de essa matéria ficar para amanhã.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Solicito verificação de *quorum*, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Em nome da Bancada do PFL, estamos de acordo com a proposta do Deputado Jaime Mantelli de transferir a pauta de hoje para o dia de amanhã.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Como disse o Deputado Gilson dos Santos, seria conveniente que se fizesse antes a verificação de *quorum*, porque é possível até que se componha o *quorum* ainda nesta sessão, para que possamos deliberar sobre essa primeira matéria, que tem premissa em ser viabilizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 22 Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, a primeira matéria é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - É a votação da redação final do Projeto de Lei nº 205/98. Após, adentraremos nos requerimentos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Quanto a esta matéria, nenhum impedimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Votação da redação final do Projeto de Lei nº 205/98, de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que altera a Lei nº 9.120.

Não há emendas à redação final.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Gelson Sorgato e outros, que solicita o desarquivamento do Abaixo-Assinado 17/94, que solicita a emancipação dos Distritos de Marechal Bormann e Goio-En

Embora o requerimento do Deputado Gelson Sorgato peça para ser ouvido o Plenário, a Presidência, entre as suas competências regimentais, pode determinar o desarquivamento de matérias em tramitação.

Portanto, a Presidência defere o requerimento de V.Exa.

Requerimento de autoria do Deputado João Henrique Blasi e outros, que requer regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 9/98, que "dispõe sobre o quadro complementar de policiais militares e estabelece outras providências".

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, com referência aos requerimentos de regime de urgência, tendo em vista as grandes dificuldades que atravessamos, eu gostaria que V.Exa. procedesse novamente à verificação de *quorum*, porque é nossa intenção não votar esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Neste momento, Deputado Gilson dos Santos, em função deste posicionamento regimental de V.Exa, a sua Bancada seguiu a sua orientação, ausentando-se do Plenário.

É visível a falta de *quorum*. Peça a compreensão dos Srs. Líderes para que possamos, inclusive, dispensar a chamada dos Srs. Deputados.

Ficam, portanto, os requerimentos retirados e incluídos na pauta da sessão de amanhã.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente, trago uma preocupação que gostaria de ter a ajuda de V.Exa.

O Governador enviou a esta Casa um pedido para se ausentar do País, acredito eu que foi a uns três dias atrás. A viagem está marcada para o próximo domingo, mas, parece-me, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis ainda não deu o seu parecer.

Apelo a V.Exa e ao Presidente da Comissão, Deputado Ivan Ranzolin, que viabilizem um caminho no sentido de podermos votar esta mensagem no dia de hoje ou, no máximo, no dia de amanhã, autorizando ou não a viagem do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não estão presentes no Plenário, neste momento, o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Justiça, mas esta Presidência, tendo a urgência da apreciação da matéria, apela à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis que dê o parecer.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, a não ser que eu tenha ouvido mal, o Deputado Romildo Titon disse que esta mensagem está aqui na Assembléia há três dias, mas eu acompanhei o início desta sessão e a mensagem foi lida nesta tarde. Só gostaria de caracterizar isso: que a mensagem foi lida ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A mensagem chegou ontem às 17h e, evidentemente, a primeira sessão depois da de ontem foi a de hoje. A mensagem foi lida na sessão de hoje.

Gostaria de apelar à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis que analise esta matéria, para que possamos votá-la na sessão de amanhã.

Terminada a Ordem Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a Sra. Deputada Ideli Salvatti, a quem concedemos a palavra.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de sugerir aos membros da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos que a reunião fosse feita logo após esta sessão, tendo em vista que os funcionários das empresas de agricultura, muitos deles deslocados de diversos Municípios do Estado, têm todo o interesse em participar do debate a respeito das denúncias de irregularidades salariais e das diárias cometidas na Cidade.

Portanto, se nós realizarmos a reunião da Comissão em seguida, os funcionários poderão participar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o motivo da minha inscrição em Explicação Pessoal é a paralisação dos funcionários das empresas de agricultura e dos professores da rede estadual, que também têm manifestações regionais em diversas localidades do Estado. E os servidores públicos estaduais realizam assembleia agora, às 16h.

O motivo da paralisação é um só: o atraso nos pagamentos. Os funcionários estão sem qualquer perspectiva de normalidade a curto e a médio prazos.

Esta Casa tomou algumas providências com relação à questão financeira do Estado, já se manifestou de forma pública contrária ao bloqueio das contas. E, na semana passada, nós aprovamos neste Plenário um requerimento ao Fórum Parlamentar Catarinense, para que buscasse, junto ao Sr. Pedro Malan, uma audiência para tentar negociar esse bloqueio das contas.

Já tive a oportunidade de registrar na tribuna a trapalhada feita pelo Deputado Federal João Matos, que, confundindo a liminar do desbloqueio do Crédito de Emergência dos Agricultores, acabou desativando toda a iniciativa de discussão e de debate dessa questão no Fórum Parlamentar.

A situação ficou ainda mais grave do que a da semana passada, porque a liminar que havia desbloqueado 7,3 milhões foi cassada, portanto, o dinheiro voltou a ser bloqueado. E mais: o contrato da rolagem da

divida previa o pagamento de 20% do montante da dívida, e isto se esgotou, não foi pago. Portanto, nós poderemos ter ou a rescisão do contrato da rolagem da dívida, coisa que interessa sobremaneira a todos nós, aos catarinenses de maneira geral, mas, em especial, obviamente, aos servidores, porque poderá ser a rescisão do contrato mas também poderá ser o bloqueio de 296 milhões, que é o valor equivalente aos 20% do total da dívida que o Governo do Estado tinha que pagar através da venda de ações ou da entrega de patrimônio do Estado para a União.

Então, eu gostaria, Deputado Gilson dos Santos, de, mais uma vez, fazer um apelo às Bancadas do PPB e do PFL, Deputado Pedro Bittencourt, até porque o Coordenador do Fórum é o futuro Vice-Governador, é Deputado Federal pelo PFL. Portanto, nós precisamos ter uma posição, porque não é possível a situação ficar assim.

E o que eu e o Deputado Olices Santini ouvimos hoje, pela manhã, da situação que está colocada para a ampla maioria dos servidores públicos do Estado, é algo desesperador, porque além de não receber os salários, agora não tem repasse das consignações; está cortado o vale-alimentação; está sob ameaça o corte da assistência médica da Unimed, e nós não podemos ficar impassíveis.

Por isso, estamos pedindo, insistindo, voltando à carga: há necessidade que o Fórum Parlamentar Catarinense se pronuncie, busque esta audiência para que tenhamos a condição de ter uma luz. E essa luz não pode ser a partir de 1º de janeiro, por quê? Porque quem está sem salário, quem está sem vale-alimentação, quem está ameaçado do corte da assistência médica-ambulatorial-hospitalar não aguenta até o mês de janeiro, quer já!

E por isso, Deputado Gilson dos Santos, que eu gostaria de ouvir V.Exa., assim como do Deputado Pedro Bittencourt, se nós temos como acionar a nossa Bancada Federal. Eu terminei de falar com Vânio dos Santos. Ele disse que não tem reunião do Fórum esta semana, mas que podemos acionar.

Todo mundo está aqui de celular, então, vamos ligar para os nossos Deputados Federais e para os nossos Senadores, para ver se achamos uma luz.

Tem que haver alguma luz, porque não é possível que Santa Catarina continue bloqueada na rolagem da dívida e o Rio Grande do Sul não! A rolagem da dívida foi assinada exatamente na mesma época, contrato idêntico!

Então, eu queria ouvir o Deputado Gilson dos Santos e o Deputado Pedro Bittencourt. Eu espero que ele já esteja falando com Paulo Bauer no celular, para, quem sabe, dar alguma posição.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputada Ideli Salvatti, eu quero dizer a V.Exa. que nós já aprovamos aqui três requerimentos neste sentido. Não no sentido da audiência com o Ministro Pedro Malan. Pelo que me consta, o Ministro está nos Estados Unidos...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Ele e o Pedro Parente, alguém do...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu só gostaria de dizer a V.Exa., Deputada Ideli, que nós temos que separar as coisas. Em primeiro lugar, o Governo Estadual não pagou os salários de setembro porque optou em pagar convênios, esta é a verdade. Faltavam R\$10.600 milhões para completar a folha do mês de setembro. Não foi pago, e foi pago muito mais deste valor em convênios, em contratos de empresas etc. Esta é a grande realidade!

Agora, quero dizer a V.Exa. que, efetivamente, é impossível alguém ficar três, quatro meses sem pagamento. Isso é uma vergonha, e alguma coisa realmente precisa ser feita. A minha impressão, e quase a minha certeza, é que se liberam lá vão ter outros pagamentos que não o pagamento de pessoal. Então, tem que haver uma condicionante muito séria, e isso, veja V.Exa., o Tribunal de Contas, por proposição nossa, está auditando as contas *in loco*, desde o dia de ontem.

Então, Deputada Ideli, a primeira coisa que nós vamos ter que saber são as primeiras notícias dessa auditoragem, porque, pode estar certa disso, se vier dinheiro de lá, vai ser desviado para outros pagamentos que não o pagamento de pessoal, porque pessoal não é a prioridade deste Governo.

Mas terá V.Exa., não V.Exa. pessoalmente, mas a classe de servidores públicos de Santa Catarina, todo o nosso empenho objetivando resolver esta questão, que é crucial, que é de desespero já, de muitos segmentos do serviço público de Santa Catarina.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado Gilson, quando V.Exa. fez as denúncias e apresentou o requerimento - e V.Exa. é testemunha de que foi dado de imediato o apoio -, nós assinamos, até porque tudo aquilo que V.Exa. diz de desvio nós temos absoluta convicção que vem acontecendo há muito tempo, não é de hoje.

Agora, se não desbloquear... Tem 60 milhões presos lá. Então, é assim: nós não temos nem como impedir que sejam desviados pela ação da auditoria ou pela ação política, porque se não desbloquear, não vai para ninguém por enquanto.

Por isso, é fundamental, do meu ponto de vista, a ação pelo desbloqueio, e junto com isso as ações que nós já desenvolvemos - a auditoria, que já começou a funcionar. E eu tenho certeza absoluta, Deputado Gilson dos Santos, que se nós obtivermos, a partir do Fórum Parlamentar, a audiência com o Ministério da Fazenda, esta Casa não vai ficar impassível. Tenho certeza que sairá uma delegação de Parlamentares, suprapartidariamente, para ir acompanhar essa audiência, inclusive tentar colocar a condicionante que V.Exa. bem levantou, que é para liberar se for para pagar salários.

Eu gostaria de escutar o Deputado João Henrique Blasi, porque sei que ele tentou contato com o Deputado Herneus de Nadal, para saber se tem alguma notícia.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputada Ideli Salvatti, e não sei se V.Exa. já tem conhecimento, mas o Deputado Herneus de Nadal encontra-se em Brasília, e nós solicitamos a S.Exa. que mantivesse contato com os Deputados Federais da Bancada do PMDB no sentido de se promover, o mais rapidamente possível, uma reunião extraordinária do Fórum de Parlamentares Federais, com vistas a uma ação política suprapartidária no sentido de liberar esses recursos que estão sendo bloqueados pelo Governo Federal.

Eu tentei, agora há pouco, um contato com o Deputado Herneus de Nadal, mas não consegui localizá-lo. Estou ainda a procura de S.Exa. e tão logo o encontrar, quero dizer que apoio integralmente - é evidente que falo em nome da Bancada do PMDB - uma ação, que temos que empreender com urgência urgentíssima, no sentido de liberar esses recursos para fazer face, em primeiro lugar, ao pagamento do funcionalismo público do Estado.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço, Deputado João Henrique Blasi.

Gostaria de saber se o Deputado Pedro Bittencourt gostaria de dar alguma ideia de como fazer para que Paulo Bauer convoque esta reunião no Fórum.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é um prazer poder dar um aparte a V.Exa. e ser tão insistentemente chamado para discutir este assunto, mas, com toda seriedade e atenção que merece o assunto por V.Exa. aguardado, nós já tivemos contatos anteriores a respeito.

Procurei novamente entrar em contato com o Deputado Paulo Bauer e não consegui, mas me comprometo a continuar tentando. Já deixei recado para ele, que é o Coordenador do Fórum, para que interceda no sentido de que a audiência possa ser viabilizada, já que o assunto a ser tratado eu considero de um interesse maior não de um Partido, não de um segmento, mas de Santa Catarina. Por isso, obviamente, ele, na sua condição de Coordenador da Bancada Federal, deverá também pronunciar-se e manifestar-se.

Deixo a V.Exa. a certeza de que tão logo consiga fazer contato com o Deputado Paulo Bauer procurarei transferir a V.Exa., que tem sido a interprete, a porta-voz dessa solicitação nesta Casa.

Serei breve, com o desejo e a intenção de poder responder a V.Exa., que insistiu tanto pelo meu aparte. E espero poder dar uma resposta positiva não só a V.Exa., mas àqueles a quem V.Exa. tem procurado, neste instante, no conjunto da Casa, representar, que são os servidores públicos de Santa Catarina, que, sem entrar em outros méritos, merecem, mais uma vez, sem dúvida nenhuma, a atenção do Poder Legislativo de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu agradeço, Deputado Pedro Bittencourt.

Eu não sei se V.Exa. estava presente no início do meu pronunciamento, quando solicitei que a reunião da Comissão de Serviços Públicos fosse realizada após a sessão e não às 17h, tendo em vista a possibilidade de os funcionários das empresas de agricultura poderem participar.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Sra. Deputada, no dia de ontem já encaminhamos um convite a todos os membros da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos para discutirmos assuntos de uma pauta que está preestabelecida e outras matérias que se encontram em tramitação na nossa Comissão para análise final do mérito, para ser viabilizado o seu encaminhamento ao Plenário. Sem dúvida nenhuma, não precisamos aguardar até às 17h.

Se o Sr. Presidente me permite, com a autorização da Deputada Ideli Salvatti, aproveito este instante para convocar os membros da Comissão de Serviços Públicos desta Casa para uma reunião após a presente sessão plenária.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pode ser no plenarinho.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pode ser no plenarinho da Casa, a fim de permitir a participação daqueles que desejam acompanhar os nossos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - E aí, quem sabe, nós já temos a resposta do Deputado Paulo Bauer!

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Mais uma vez V.Exa. vai ter esta oportunidade!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Mais uma vez agradeço!

Muito obrigada, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin, por até dez minutos.



O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar todas as pessoas que estão neste Plenário, que vieram à Assembléia Legislativa em defesa das políticas públicas.

O assunto tratado aqui pela Deputada Ideli Salvatti, relativo ao cumprimento das obrigações constitucionais por parte do Governo do Estado, tem sido exaustivamente debatido nesta Casa.

Nós tomamos muitas iniciativas, alertamos sobre os primeiros passos dados por este Governo em 1995, quando jogou pela janela cerca de 25 milhões de reais para publicidade dos atos do Governo. Nós alertamos sobre o problema da Invesc, quando a nossa Bancada tomou posição contrária, de que os recursos de Santa Catarina estavam sendo jogados fora.

Nós rejeitamos, é verdade, por iniciativa de um Deputado do PT, a segunda parte de integração da Invesc. Seriam mais 150 milhões de reais para serem utilizados pelo Governo, e isso iria ser lastreado por ações da Celesc.

Nós tivemos um debate longo. A nossa Bancada tomou posição forte no sentido de não permitir a negociação das Letras do Tesouro no valor de 605 milhões de reais, o que custou e está custando muito para Santa Catarina.

Nós alertamos sobre todos os episódios; sobre a antecipação de receitas com juros altíssimos. O Governo do Estado produziu no Banco BMG e BMC antecipação de receita, que pagou com os juros de mercado mais caros da época.

As coisas foram se avolumando, mas quando chegou à Assembléia Legislativa o pedido de rolagem da dívida, nós agimos com a maior responsabilidade. Fui o Relator na Comissão de Justiça; o Deputado Gilmar Knaesel foi o Relator na Comissão de Finanças, permitindo a rolagem da dívida, porque o Secretário da Fazenda da época, Nelson Wedekin, veio a esta Casa em novembro do ano passado e fez o apelo dramático de que a rolagem da dívida iria facilitar em muito o pagamento do 13º salário. Fez uma exposição também que a venda de 30 milhões de reais de ações do Besc estariam se integrando para o pagamento do salário dos servidores, para cumprir também o pagamento do 13º salário.

Pois bem, obedecendo um princípio federal, nacional da Lei da Rolagem das Dívidas, que não me lembro o número, mas que tratou os Estados de uma maneira uniforme, nós autorizamos a rolagem da dívida, na época acreditando no Secretário da Fazenda, acreditando que ela daria uma economia ao Estado de cerca de 20 milhões ao mês, o que facilitaria o pagamento dos compromissos constitucionais do Governo. Nós, na boa-fé e para não prejudicar o Estado de Santa Catarina, votamos a rolagem da dívida.

Sua Excelência, o Governador do Estado, recebeu desta Casa o aplauso dos Srs. Deputados por unanimidade para rolar a dívida de mais 1,3 bilhão. Demos a ele, inclusive, a condição de negociar com o Governo Federal esta rolagem. Este foi mais um episódio.

Autorizada a rolagem da dívida, Sua Excelência, o Governador, negociou pessoalmente com o secretário da Fazenda o sistema e o compromisso do Estado: rolar a dívida por um prazo de 30 anos, assumindo, no entanto, o compromisso de pagamento mensal da rolagem.

Recentemente soubemos o que não sabíamos - isto, pela falta absoluta de transparência o Governo do Estado, que, além de não pagar as mensalidades da rolagem da dívida, evidentemente se caracterizou como uma inadimplência, o Governo Federal, obedecendo os termos contratuais, passou então a reter recursos do Estado de Santa Catarina, que agora, no mês de novembro, está vencendo uma parte daquela rolagem da dívida, Deputado Reno Caramori, 276 milhões de reais.

Não sei se é exatamente este o valor, mas 20% da dívida consolidada está contratado que o Governo do Estado tem que pagar em dinheiro. Na realidade, isso é uma loucura, porque o Governo do Estado não está cumprindo suas obrigações constitucionais, tem que pagar duzentos e tantos milhões e é evidente que o Governo Federal vai, mais uma vez, bloquear os recursos de Santa Catarina.

Então, vejo aqui o apelo da Deputada Ideli Salvatti, vejo a intenção de todos nós em desbloquear os recursos de Santa Catarina que estão retidos, frutos de uma negociação, de um contrato que não está sendo honrado pelo Governo do Estado.

Todos nós queremos desbloquear, mas se desbloquearmos este, agora, vamos nos deparar com o compromisso do mês de novembro, de uma quantia assustadora. Que rolagem da dívida é esta? O que fizemos nesta Casa? Que negócios o Governo do Estado está fazendo com o Governo Federal? O Governo Federal impor a Santa Catarina esse tipo de negócio nos assusta, porque se nós fizermos uma rolagem da dívida para 30 anos, é evidente que Santa Catarina quer pagar em prestações compatíveis com sua receita, com o Tesouro e com a época que estamos vivendo agora, onde não existem recursos, onde as pessoas não podem pagar seus impostos.

Então, Deputado Gilson dos Santos, como vamos conviver? Uma rolagem da dívida que nós teremos que pagar duzentos e tantos milhões no mês de novembro?! O Governo fez um mal negócio. Na hora de contratar essa rolagem, tem que ser feita a rolagem a longo prazo, beneficiando o Estado de Santa Catarina, assim o Estado fica prejudicado.

Além do mais, nós temos notícias - não nos aprofundamos ainda nelas - de que o Governo abriu mão de um fundo habitacional de Santa Catarina - o recurso estava em papel, evidentemente - trocou pela liberação de 32 milhões, e esses 32 milhões chegaram aos cofres de Santa Catarina e não serviram para pagamento de pessoal ou para as prioridades.

Então, na realidade, nós estamos vivendo um clima difícil, sem transparência e sem possibilidade de agir, porque estamos no final do Governo, estamos agora chegando ao mês de dezembro, onde vai ter mais um 13º salário. E nós temos certeza, porque o uso do cachimbo fez a boca torta, que se esse dinheiro liberado cair nas mãos do Governo, ele não vai pagar o pessoal, não vai pagar o 13º salário, não vai pagar o que está devendo do mês de setembro, porque os recursos que chegaram não estão sendo utilizados para pagamento de pessoal. Não se dá prioridade ao pessoal.

Acho que teremos, até o dia 31 de dezembro, que conviver com esse estado de coisas, porque os pronunciamentos feitos na Assembléia Legislativa não são ouvidos, as nossas manifestações não são ouvidas. Esperamos, pelo menos, que os Deputados Federais acatem a nossa posição em desbloquear esses recursos, mas se esses recursos forem desbloqueados e o Tribunal de Contas não estiver em cima e a nossa posição presente, tenho certeza de que o Governo vai pagar dívidas que não são prioritárias. No momento, a prioridade absoluta é o bolso das pessoas, a prioridade absoluta é pagar o 13º salário, e aí acho que nós estaríamos pelo menos amenizando um pouco o sofrimento dos servidores de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não, Deputado!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Deputado Ivan Ranzolin, eu gostaria apenas de apresentar a esta Assembléia Legislativa três momentos que aqui vivemos nas últimas duas semanas. O primeiro é a informação - informação esta não confirmada - de que o Governo de Santa Catarina havia, por conta de uma negociação de créditos seus, absorvido, adquirido mais de 30 milhões, e fez a opção de não pagar funcionários, pagando outros credores.

Essa informação ficou solta, alguns até duvidaram dela e ainda continuam a duvidar.

Anexada a essa questão, queria colocar duas outras que reforçam essa tese. Primeiro, a vinda do Presidente da Cohab à Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. lembra que ele dizia que cerca de 16 milhões de reais é a inadimplência nesse momento junto aos mutuários que a Cohab tem em Santa Catarina. E falava que através do esforço muito grande, muito diligente dos seus funcionários havia conseguido baixar o percentual de inadimplência para mais de 56%, mas que ele teria recebido com mais de 68% de inadimplência do Governo anterior.

Naquele momento, esse fato era aparentemente isolado desse contexto. Mas vamos juntar isso tudo agora a um terceiro fato: a vinda do representante da Caixa Econômica Federal, na última terça-feira, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça para falar também do Programa Habitacional de Santa Catarina. Ele anunciou que a partir do ano que vem os créditos de 26.600 mil mutuários seriam absorvidos e gerenciados pela Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Está comprando a carteira da Cohab!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Está comprando a carteira da Cohab. V.Exa. imagina que a Caixa Econômica Federal seja uma instituição burra? Acredito que não!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - É uma instituição competente!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Como alguém vai comprar 26.600 créditos de uma instituição que declara e reconhece que tem mais de 56% de inadimplência, que tem 16 milhões de inadimplentes? Será que a Caixa Econômica Federal agora virou instituição de benemerência ou beneficência, ou será que se confirma, de fato, que houve uma negociação entre a Cohab e o Governo do Estado, que é detentor dos créditos do Fundo de Compensação de Variação Salarial provindo das negociações habitacionais, que se estima serem da ordem de 200 milhões e que teriam sido negociados por um pouco mais de 30 milhões e que por conta disso certamente a Caixa Econômica Federal até pode receber 26.600 mil?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Vai pagar quanto?

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Então, essas coisas nós estamos juntando num requerimento, numa convocação para o Secretário da Fazenda vir à Assembléia Legislativa.

Tenho autorização do Líder de minha Bancada para anunciar que está sendo convocado o Secretário da Fazenda. Estão sendo elencadas algumas questões para que ele possa se pronunciar a respeito da Invesc, financiamento da Caixa, compromisso de refinanciamento da dívida, tudo aquilo que até agora não conseguimos saber. E vamos perguntar um pouco sobre essa história do Fundo de Compensação de Variação Salarial. Vamos ver o que o Secretário da Fazenda vai dizer para a Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sobre esse último fato, foi perguntado ao representante da Caixa qual seria a função da Cohab a partir do dia 1º. Ele disse: "Olha, essa é uma pergunta que não tenho que responder, eu sou da Caixa Econômica Federal". Mas, na verdade, a Caixa Econômica Federal vai comprar a carteira da Cohab, e os recursos que serão destinados à Cohab... Evidentemente, essa carteira deve valer 15 ou 16 milhões. E a Cohab vai servir para quê? No final do Governo...

Então, Deputado Eni Voltolini, é mais uma tragédia, é mais um negócio obscuro que nós não tomaríamos conhecimento se não tivéssemos aqui o representante da Caixa Econômica Federal.

Veja V.Exa. como é difícil trabalhar com este Governo, que já está chegando ao fim, que mais uma vez pede autorização para fazer um passeio na Espanha!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Se me permite, Deputado, é que alguns Parlamentares ainda acreditam na boa-fé do Poder Executivo, e ainda imaginam que sejamos, alguns de fora, já não mais os Parlamentares, os criadores de dificuldades para o Governo, para o Poder Executivo honrar os seus compromissos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Na realidade, estamos citando dez exemplos, e nos dez exemplos o Governo, o Poder Executivo sempre falhou, mas esta Casa não falhou, porque todos os alertas que nós fizemos... E sempre que nos posicionamos contra o projeto deu no que deu. O Governo não conseguiu honrar os seus compromissos e também fez com que Santa Catarina passasse vergonha.

Por isso, vou encerrar o meu pronunciamento para, juntamente com a Deputada Ideli Salvatti, saborear um gostoso suco que ela foi buscar no bar da Assembléia.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Ivan Ranzolin, mesmo sob os protestos da Deputada Ideli Salvatti, ela chegou e disse: "desliga ele, desliga". E eu disse: não, Sra., o Deputado Ivan Ranzolin está lá falando com coerência, com responsabilidade e com conhecimento de causa!

Eu queria cumprimentar a Deputada! A democracia do PT é a seguinte: só do lado deles para cá, dos outros lados não tem democracia! É impressionante!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Esse negócio de desliga, Deputado Gilson dos Santos, já não deu certo, porque se desligarmos o único instrumento democrático que temos nesta Casa, que é o microfone, não vamos ligar mais nada!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados em Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Sr. Presidente, nós gostaríamos de convidar todos os membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para uma reunião na Comissão, após o encerramento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Ficam, portanto, convocados os membros da referida Comissão para uma reunião, após a presente sessão.

Esta Presidência convida os Srs. Deputados para um coquetel do lançamento do Telejornal Cultura Nove e Meia, hoje, dia 25,

às 20h, no salão nobre das dependências da Assembléia Legislativa.

Continua livre a palavra em Explicação Pessoal a todos os Srs. Deputados. (Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Requerimentos: de autoria dos Srs. Deputados Gilmar Knaesel e Wilson Wan-Dall, dirigido ao Sr. Presidente da Telesc, solicitando reestudo referente ao não-fechamento da agência da Telesc no bairro Garcia, em Blumenau; de autoria do Sr. Deputado Gervásio Maciel, dirigido aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, bem como à Presidência da Telesc, solicitando viabilizar a ligação das linhas telefônicas celular fixas que foram vendidas a agricultores por empresas autorizadas.

Para amanhã está incluída também a pauta que deixou de ser votada na sessão de hoje por falta de *quorum*.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 26 DE NOVEMBRO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Francisco Küster) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: OFÍCIOS NºS:

235/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lages, que encaminha cópia da Moção nº 014/98;

2066, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, encaminhando cópia do Ofício nº 2041/98, dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República com o teor da Moção nº 148/98;

1569/98, do Sr. Secretário de Educação a Distância, do Ministério da Educação e do Desporto, comunicando que em data de 01/07/98, o Ministério da Educação e do

Desporto, por intermédio desta Secretaria, celebrou o Convênio nº 034/98, destinado a aquisição de Kit Tecnológico às escolas da rede pública estadual e municipal;

2248/98, da Embaixada da República Islâmica do Irã, encaminhando, em anexo, a publicação intitulada A Nova Era dos Direitos Humanos no Irã Merece Apoio Internacional.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, usamos este espaço para fazer um registro que julgamos de grande importância no mundo editorial de Santa Catarina e do Brasil: a edição e circulação nesta semana do primeiro número da revista Fotos e Fatos, que tem uma concepção muito original, muito atual e altamente especializada no mundo da fotografia, com artigos absolutamente importantíssimos para o mundo da fotografia, que tem o poder de levar a todos os profissionais da área as últimas notícias sobre experiência de papel fotográfico, equipamento fotográfico, enfim, máquina, lente, todos esses recursos indispensáveis para a fotografia.

É uma revista globalizada. Existem redatores espalhados por vários países e essa revista também vai circular por vários países.

Então, é uma revista produzida *on line*. O redator, o articulista num determinado assunto pode estar em Nova Iorque e, ao fazer o trabalho *on line*, todo o material gráfico produzido pode ser distribuído por vários países.

É uma revista extremamente interessante, e faço esse registro porque é a única revista no mundo que é produzida desta forma. Tem articulista em Porto Alegre, em Balneário Camboriú, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, em Nova Iorque, enfim, em vários Estados da Federação e em vários países.

Não há um sistema de redação num mesmo local, é tudo via informática, e a revista é de excelente qualidade, traz um material extremamente profundo e extremamente atualizado, trazendo informações sobre o que há de mais moderno no mundo.

Também faço este registro até para homenagear um funcionário da Assembléia Legislativa, que também faz parte do grupo dos responsáveis por artigos dessa revista. Estou me referindo ao jornalista Eloy Gallotti, lotado no gabinete do eminente Deputado Francisco Küster, que tem uma página muito intensa escrita na imprensa catarinense, bem como o privilégio de ser um dos escolhidos para fazer parte desse projeto extremamente especial.

Também queremos fazer uma homenagem ao jornalista Waldemar César, de Balneário Camboriú, o grande organizador de todos os trabalhos, tendo sido o grande

capitão que levou esse projeto adiante, conseguindo fazer algo que era inusitado até alguns dias atrás.

Evidentemente que nós temos que registrar a determinação, a vontade e a grande capacidade profissional de vários jornalistas que eu destaco em nome de Eloi Gallotti e de Waldemar César.

Em nome desses dois jornalistas, eu acredito estar homenageando também a imprensa catarinense, na medida em que nós temos mais um veículo de informação valioso, direcionado a um determinado segmento de leitores e de profissionais, que visa, como dissemos no início, tornar o fotógrafo muito mais profissional, muito mais atualizado, tendo informações que não estão ao seu alcance hoje. Os fotógrafos amadores também terão ali um banco de dados, como toda a sociedade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, podemos concluir dizendo que projetos dessa natureza, com essa qualidade, só podem nascer de pessoas de um cunho profissional extremamente valioso e com grande determinação de levar a cabo o que pretendem realizar.

Por isso, a nossa homenagem a essas grandes profissionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Eni Voltolini, esta Presidência gostaria de registrar que hoje, última quinta-feira do mês de novembro, comemora-se o Dia Nacional de Ação de Graças, instituído pela Lei Federal nº 781, de 17 de agosto de 1949.

Trata-se de uma data destinada à reflexão, por isso registramos a sua importância no contexto da religiosidade do povo brasileiro, transmitindo em nome de todos os Parlamentares o desejo de que a paz e o sentimento de fraternidade perdurem cada vez mais forte entre os povos.

Esta era a mensagem que gostaríamos de deixar consignada nos Anais desta Casa.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e catarinenses, aproveite para reforçar a lembrança do nosso Presidente, pois muitas vezes datas como essa são relegadas a segundo plano, haja vista que ontem quase passou despercebida uma data que para todos os catarinenses deveria ser especial.

Dia 25 de novembro é uma data magna de Santa Catarina, e passou pela Assembléia Legislativa em branco, talvez por conta das dificuldades que nós estamos a passar, talvez porque nós estamos acostumados a correlacionar a data magna apenas ao Poder Político do Estado de Santa Catarina, mas todos sabemos que, na verdade, é a data maior de todos os catarinenses. Como catarinenses, estamos aqui a viver, a trabalhar e, portanto, temos tudo a comemorar, por conta de termos vivido mais este ano e podido acompanhar a passagem de mais esta data.

Se precisamos aperfeiçoar o Estado e as instituições, é uma responsabilidade que cabe a todos nós. Mas que nesta data refletamos sobre o nosso Estado, repassemos o nosso dever de casa, não só o dever atinente ao Deputado Estadual, mas ao cidadão que todos somos, por isso temos a nossa parcela de responsabilidade para fiscalizar, para assessorar, para recomendar, para proceder e para agir. E essa tarefa a Assembléia Legislativa tem sabido fazer muito bem. A tarefa de se fazer presente no ambiente do Estado de Santa Catarina para cumprir a sua missão institucional. E tenho certeza de que todos os Parlamentares têm procurado fazer a parte que lhes cabe individualmente.

Portanto, em nome da Bancada do Partido Progressista Brasileiro, com a anuência do meu Líder, gostaria de deixar registrada não a homenagem pura e simples mas, sim, a recordação, o amor que todos devemos sentir e sentimos pelo nosso Estado, pelo Estado que ou nos viu nascer ou que nos adotou para que aqui possamos produzir o nosso trabalho.

Gostaria de dizer mais uma vez que temos um compromisso firmado por esta conjugação de ter nascido ou de aqui estar vivendo em nome de Santa Catarina e para todos os catarinenses.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, de fazer este registro em nome do nosso Partido e imagino que possa estar fazendo também em nome dos Parlamentares, do júbilo que todos nós sentimos em ser catarinenses, de poder viver em Santa Catarina. E se as coisas ainda não estiverem boas, tiverem que ser aperfeiçoadas, também é missão nossa, é responsabilidade nossa, de todos nós.

Estamos aqui para continuar a assumir o compromisso do aperfeiçoamento, da melhoria e principalmente da responsabilidade.

Gostaria também de, ao findar minha manifestação, pedir à Comissão que tem a responsabilidade dessa questão...

Falava com o Deputado Gilson dos Santos, e ele entende que por não haver uma definição muito clara no Regimento Interno desta Casa talvez esse assunto ao qual vou me referir caiba à Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia produzir, trazendo para cá representação oficial do Departamento de Patrimônio da União com informações melhores sobre as tratativas referentes às últimas normas que aquele Departamento tem recebido e que tem causado tanto mal-estar para muitos catarinenses que possuem propriedades limítrofes às regiões marinhas ou aos rios, nas áreas mais próximas à saída, às barras desses rios que se dirigem ao mar.

Então, nessas áreas próximas, limítrofes, banhadas pelo mar, as chamadas áreas de marinha, tem havido um problema seriíssimo, de cobranças que consideram indevidas, inadequadas, com valores absurdos. Temos recebido em nossos gabinetes várias pessoas e várias manifestações também escritas, dizendo da impossibilidade de entender o que está acontecendo neste País, ou seja, cobrança de valores absurdos, às vezes até superposição de cobranças, com valores sendo cobrados pelos Municípios através de IPTU, acrescidos com taxas cobradas pela União. E essas pessoas já não sabem a quem recorrer.

Imagino que a Assembléia Legislativa possa ser, e está sendo, um desaguadouro desses problemas. Mas nós não podemos apenas dizer a essas pessoas que é um problema, que é injusto, inadequado, sem de fato encaminhar essa questão.

Infelizmente, esse órgão federal aqui em Santa Catarina está um pouco desestruturado. Há uma dificuldade muito grande de se obter naquela repartição explicações claras, convincentes e encaminhamentos para a solução desse assunto.

Sabemos que é uma determinação federal, sabemos que esse assunto não é uma deliberação da instituição em nível de Santa Catarina, mas precisamos resolver as questões para os catarinenses.

Por conta disso, apelo à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, para que assim como tenho tratado de tantas questões relevantes também chame para si a responsabilidade de trazer e convidar a representação do Patrimônio da União para esclarecer, para entendermos essa situação e podermos apresentar aos catarinenses que

vêm demandando serviços da Assembléia Legislativa uma solução, um encaminhamento, uma resposta, e é isto que as pessoas estão precisando.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PT.

(Pausa)

Não havendo interesse por parte do PT, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, utilizo este horário para fazer a defesa de um requerimento, de minha autoria, que está em tramitação e que será apreciado hoje.

O Banco do Brasil está tomando medidas, em âmbito nacional, para a contenção de despesas. O meu requerimento não tem nada contra esse tipo de procedimento. Só que a intenção do Banco do Brasil é fechar o Cesec, a Central de Compensação, que funciona em Florianópolis e que centraliza a compensação de todos os bancos catarinenses. E se essa medida vier a ocorrer, Santa Catarina terá que fazer sua compensação de cheques em Porto Alegre ou em Curitiba.

O mais prejudicado com tudo isso será o Banco do Estado de Santa Catarina - Besc -, que possui 600 pontos de atendimento no Estado e hoje tem aproximadamente 40% desse movimento. Imaginem V.Exas. a dificuldade em ter que transportar, via aérea, para Porto Alegre ou para Curitiba esse movimento.

O nosso requerimento será endereçado ao Presidente do Banco do Brasil e ao Presidente do Banco Central, solicitando que esta medida - mesmo que seja do mais alto interesse do Banco do Brasil - não seja tomada, porque Santa Catarina perderá muito com ela. Dia 3 teremos uma grande reunião de todos os bancos.

Vejam V.Exas. que o Banco Itaú possui 16 agências em Santa Catarina, assim não terá nenhum tipo de dificuldade em transportar isso para Porto Alegre ou para Curitiba, agora, o BESC, com 600 pontos de atendimento, terá.

Em Brasília iria acontecer a mesma coisa, só que uma mobilização política fez com que ficasse em Brasília por causa do BRB, que é o banco estadual e que tem o maior número de agências.

Portanto, isso é em nome de 600 funcionários que podem deixar de ter seus empregos. Eu não tenho dúvida de que logrará êxito esse nosso pedido, ou seja, o Presidente do Banco do Brasil será sensível fazendo as adequações que o Banco do Brasil precisa e não tirando de Santa Catarina esse centro de processamento de cheques que irá prejudicar o Estado, o Besc e muitas pessoas que poderão perder o emprego, se essa medida vier a acontecer.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Jorginho Mello, está se repetindo o que aconteceu há algum tempo em nível regional.

Vejá V.Exa. que na minha cidade existia o Centro de Processamento do Banco do Brasil, onde era feito todo o processamento, como também existia o Centro de Processamento do Besc, que era feito na minha cidade, por ser central em relação a todo o Estado de Santa Catarina.

Infelizmente, mais de 400 empregos não existem mais. Há um elefante branco construído, com aproximadamente cinco mil metros quadrados, um patrimônio enorme abandonado, e eles centralizaram esse centro de processamento aqui, na Capital do Estado, trazendo um prejuízo enorme para Curitiba, Criciúma, Joinville e assim por diante. E V.Exa. sabe tanto ou melhor que eu.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - E Chapecó.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Exatamente! E agora eles estão tentando fazer em nível de Estado. Inicialmente começaram em nível regional.

Estivemos na audiência com o Superintendente do Banco do Brasil, levando a preocupação de que haveria um enxugamento de 400 empregos e assim por diante - um prejuízo enorme. Mas eles simplesmente disseram: Nós, o Banco, hoje, não estamos mais preocupados com o problema social e sim com o problema financeiro.

O Banco quer ganhar, ele não se preocupa mais com o problema social e trouxe, por via de consequência, um prejuízo muito grande para a minha região, como trouxe para Chapecó e assim por diante. E agora vai trazer para Santa Catarina.

Eu me preocupo, Deputado, e vejo que se não houver uma ação urgente, urgentíssima, do Parlamento do Santa Catarina, lá, dos Deputados de Santa Catarina e Senadores, eu acho que a vaca já foi para o brejo. Não tem salvação e será, sem dúvida nenhuma, mais um grande prejuízo para Santa Catarina.

Cumprimento V.Exa. e, quem sabe, nós aqui tomemos algumas providências, orientando ou levando ao conhecimento da Bancada de Santa Catarina no Congresso Nacional, para que evite isso.

É uma pena, Deputado Gilson dos Santos, que V.Exa. não se elegeu, porque teria, tenho certeza, esse como um trabalho que V.Exa. poderia desenvolver no Congresso Nacional.

Nós poderemos tentar que os nossos Parlamentares tenham alguma ação para evitar esse mal.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Agradeço, Deputado Onofre Santo Agostini.

Estou pedindo no meu requerimento, Sr. Presidente, que seja oficiado, também o Coordenador do Fórum Parlamentar, que é o Deputado Paulo Bauer, para que tome posição sobre esse assunto, que é, Deputado Onofre Santo Agostini, da maior importância.

Foi reduzido em nível regional e agora é Santa Catarina que vai perder essa compensação, esse Cesec? E não são só os empregos como também a questão de autonomia do Estado.

Vamos ter que fazer no Rio Grande do Sul. Não tenho nada contra o Rio Grande do Sul e muito menos contra o Paraná, mas isso fere a autonomia e o crescimento que o nosso Estado merece.

Espero que o Fórum Parlamentar realmente se mobilize, assim como a nossa Bancada em Brasília. E não tenho dúvidas de que vamos sensibilizar o Presidente do Banco do Brasil a deixar essa central, mesmo que reduzida em parte, mas que fique em Florianópolis e não prejudique Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos, por até deztoito minutos.

Enquanto o Deputado Gilson dos Santos se dirige à tribuna, queremos fazer o registro da presença de quarenta estudantes do Colégio Estadual Rui Barbosa, de Timbó, da 4ª série, que se fazem presentes na nossa Assembléia Legislativa, nesta quinta-feira, o que é uma satisfação para todos nós.

Desejamos-lhes uma boa estada na Casa Legislativa de Santa Catarina.

Com a palavra, V.Exa., Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as minhas primeiras palavras, em nome do Partido Progressista Brasileiro, sejam de boas-vindas aos alunos que nos visitam, do progressista Município de Timbó, acompanhados dos respectivos professores.

Sejam bem-vindos não só na Assembléia Legislativa como também na Capital de todos os catarinenses e tenham um grande dia aqui, para conhecer as belezas da Capital florianopolitana.

Sr. Presidente, eu serei muito rápido, é a propósito das colocações que foram feitas pelo Deputado Jorginho Mello, pois quando o Deputado estava falando eu conversava com V.Exa. na Mesa e lhe fiz um sinal dizendo que eu gostaria de subscrever o requerimento.

Como S.Exa. naquele momento não fez nenhum sinal afirmativo ou negativo, eu tomei a liberdade de assinar o documento, uma vez que entendo que chega de Santa Catarina perder coisas.

A grande realidade é que para o Governo Federal o nosso Estado não existe. De vez em quando eles tiram uma coisinha daqui e botam para o Paraná, mais outra coisa e botam para o Rio Grande do Sul.

Efetivamente acho que esse assunto tem que parar, afinal de contas Santa Catarina é um Estado que tem grandes qualidades. É um Estado produtor e é um dos maiores arrecadadores deste País. Não podemos, em absoluto, ficar silentes quando uma ação dessa natureza pretende ser implementada.

Então, eu me solidarizo integralmente com o requerimento do Deputado Jorginho Mello. Tenho certeza de que esta minha solidariedade é compartilhada por todos os meus Companheiros de Bancada. E vejo o sinal afirmativo do Deputado Lício Silveira, que é uma das pessoas que batalha insistentemente para que as coisas de Santa Catarina sejam valorizadas.

Sem dúvida alguma, temos que fazer um movimento objetivando parar com tudo isso, porque agora, sob a égide da economia, vão tirando só as coisas de Santa Catarina. Esta é a grande verdade.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Ouço agora o Deputado Jorginho Mello, a quem, desde já, agradeço pela aquiescência da assinatura no documento.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Deputado Gilson dos Santos, agradeço pela manifestação do nobre Deputado. V.Exa. sabe muito bem da consideração e da admiração que tenho pela sua pessoa. Faço questão que tanto o PPB como todas as Bancadas com assento nesta Casa subscrevam esse meu requerimento, para que, efetivamente, tenhamos força junto ao Fórum. Inclusive, concordo quando V.Exa. diz que Santa Catarina é sempre passível, porque ela é uma Santa.

O assessor da Mesa me socorre neste momento, dizendo que ontem foi comemorado o Dia de Santa Catarina - da Santa, não do Estado -, lembrando-me que a Santa já não é mais Santa, porque parece que o Papa a desclassificou. A Santa foi cassada.

Precisamos ter ciúmes de Santa Catarina e defendê-la. Esta Casa tem a obrigação de defender essas posições que Santa Catarina vai perdendo a cada dia, ontem foi isso, hoje foi aquilo, e a gente não pode dizer que o Governo Federal está fazendo isso. Está fazendo para quê? Para economizar. Mas nós de Santa Catarina é que precisamos saber aquilo que pode e o que não pode ficar aqui. Nós precisamos ser ciumentos e defender.

Então, agradeço a manifestação do Deputado Gilson dos Santos e peço a todas as Bancadas que subscrevam esse requerimento para termos mais força, para que possamos segurar essa posição aqui, em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Realmente essa é a grande realidade. Eu espero sinceramente que o Fórum de Santa Catarina, que tem prestado relevantes serviços ao nosso Estado, solidarize-se com todos os Partidos Políticos, buscando consolidar esse órgão, que é fundamental para os bancos do Estado de Santa Catarina, em especial para o Besc.

Por isso, Sr. Presidente, eu me solidarizo integralmente, esperando que esse requerimento, no momento oportuno, seja votado e aprovado pela Assembléia Legislativa, porque precisamos dar um basta a essas coisas de só tirar de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Restam ainda treze minutos à Bancada do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados da Bancada do PPB que queiram fazer uso do restante do horário, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo interesse dos Deputados do PFL em fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interesse dos Deputados do PMDB em fazer uso da palavra, passaremos à redistribuição do horário.

Esta Presidência consulta se algum Partido deseja fazer uso da redistribuição do horário.

(Pausa)

Não havendo interesse, encerramos o horário reservado aos Partidos Políticos.

Por sugestão do Líder do PPB e devido ao pedido desta Presidência no sentido de que possamos buscar a viabilidade da votação para a autorização de viagem do Sr. Governador do Estado, suspendemos a presente sessão até às 11h, hora destinada à Ordem do Dia, e convidamos os Srs. Líderes de Bancada e os Srs. Deputados membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para fazermos uma breve reunião no gabinete da Presidência, a fim de apreciarmos a mensagem do Sr. Governador que solicita autorização para viagem.

Esta Presidência pergunta se há algum impedimento de algum Líder em relação a esse encaminhamento da Presidência.

(Pausa)

Não havendo manifestações contrárias, suspendemos a presente sessão até às 11h e convidamos os Srs. Líderes e os Deputados membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para uma breve reunião na sala da Presidência.

Está suspensa a presente sessão até às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa justificativa de ausência dos Deputados Adelor Vieira, Carlito Merss, Herneus de Nadal, Júlio Teixeira, Norberto Stroisch e Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, seria apresentado hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, o Relatório do Deputado Romildo Titon com relação ao Processo nº 001, mas como não houve *quorum*, estamos fazendo uma convocação extraordinária para segunda-feira, às 10h.

Vamos incluir também na pauta, a pedido de V.Exa. e da Mesa, o requerimento ou a proposição encaminhada pelo Executivo a respeito da viagem do Governador ao exterior.

Portanto, já fica feita a convocação aos Deputados presentes, mas farei a devida comunicação.

Nesta convocação extraordinária, Sr. Presidente, nós vamos incluir também dois projetos que têm uma certa urgência. De sorte que esses projetos eu só incluirei na pauta, evidentemente, consultando os Deputados da Comissão.

Então, fica marcada para segunda-feira, às 10h, uma sessão extraordinária, e o ofício eu vou fazer a V.Exa. para a devida publicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, Deputado Ivan Ranzolin, ao V.Exa. formalizar o ofício, já determino à assessoria que providencie a publicação do mesmo.

Ficam, portanto, os membros da Comissão de Constituição e Justiça convocados para uma reunião extraordinária, na segunda-feira, às 10h.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência anuncia a pauta para a Ordem do Dia de segunda-feira:

Mensagem do Sr. Governador, que solicita autorização para viagem ao exterior; todas as matérias que constavam da presente sessão, além dos Projetos de Lei nºs 122, 188, 275, 248, 256, 260 e 293/98, do Projeto de Lei Complementar nº 15/98 e do Projeto de Lei nº 399/97.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convocando outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 30 DE NOVEMBRO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Ollices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3930 e 3931, comunicando sanção dos projetos de lei que autorizam a abertura de crédito suplementar em favor da Imprensa Oficial do Estado, e do Instituto de Previdência do Estado;

3932, comunicando sanção do projeto de lei que autoriza a permuta de imóvel no Município de Itá;

3933, comunicando sanção do projeto de lei que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Doutor Pedrinho;

3934, encaminhando projeto de lei que estabelece linha de correlação no âmbito da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83 de 18 de março de 1993;

3935, encaminhando projeto de lei que autoriza a compra de imóvel no Município de Florianópolis;

3936, encaminhando projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis;

3937, encaminhando projeto de lei que autoriza a doação de imóveis;

3938, encaminhando projeto de lei que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Içara;

3939, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Assembléia Legislativa do Estado.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Eni Voltolini, que autoriza a realização de operações de crédito mediante vinculação de garantia do IPESC.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PDT.

(Pausa)

Nenhum Partido fez uso da palavra, passaremos à redistribuição do tempo. Cada Partido disporá de doze minutos.

Os primeiros minutos são destinados ao PPB.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Eni Voltolini, por doze minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu queria dar conhecimento a todos, porque vem indicado aos Deputados do Estado de Santa Catarina e provém do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e região, de um documento que vou me permitir ler um trecho dele.

Esse documento fala da preocupação desse Sindicato, pois no dia 13 de novembro, poucos dias atrás, teria sido informado por funcionários do Banco do Brasil, lotados no Centro de Serviços e Processamento que é localizado na BR-101, Km 205, em Barreiros, que a direção do Banco decidiu encerrar as atividades dessa unidade em Santa Catarina.

A intenção é de mais uma vez chamar a preocupação de todos para com a constante diminuição de valores de importância do Estado de Santa Catarina. Num determinado momento somos informados de que uma unidade está saindo de Santa Catarina e está indo para outro Estado, num outro momento é uma outra entidade. Num terceiro momento, passa a ser mais uma outra entidade.

Já faz algum tempo que não sabemos ou não temos notícia de que o Estado de Santa Catarina venha receber de forma diferente uma notícia, ou seja, de estar

abrigo no Estado de Santa Catarina a representação cumulativa do Estado do Paraná ou do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta vez parece apenas ser um centro de processamento de dados bancários. Só que mais uma vez a informação, que ainda é extra-oficial, é de que esses serviços estariam sendo transferidos para o Paraná.

Não é o Estado do Paraná que desloca os serviços para o Estado de Santa Catarina. É mais uma vez os serviços prestados em Santa Catarina deslocados para o Estado do Paraná. Mas isso tem importância?

Aparentemente pode ser tudo isso impingido à idéia de contenção de gastos, eliminação de custos, redução de despesas, mas o que para Santa Catarina causa, além da dificuldade operacional, além do acesso técnico à informação, é também um contingente de desempregados que sempre permanecem e que ficam para o Estado de Santa Catarina.

Nesse caso, há uma estimativa de que esse conjunto de processamento de informações é feito e centralizado pelo Banco do Brasil aqui, no Estado de Santa Catarina, pelo fato da nossa Capital ser uma Capital onde a presença dos órgãos públicos é muito forte. Há uma possibilidade de cerca de 600 empregos, entre bancários e serviços terceirizados, serem apenas por conta disso.

Estou querendo chamar a atenção sobre esses dois aspectos: o primeiro, que já se tornou repetição, é a perda de status político no Estado de Santa Catarina. Antes era porque a Bancada do PPB questionava e criticava o Governo Paulo Afonso e por conta disso apenas alguns tinham a impressão de que era um discurso meramente político, partidário, de retaliação política. Mas esse processo continua.

Eu só espero que não venham me dizer que é o Esperidião Amin que está recomendando que haja uma diminuição da força política do Estado de Santa Catarina, porque já escutei tanta bobagem sendo dita aqui a esse respeito que daqui a pouco, tenho a impressão, que alguém iluminado venha a algum microfone dizer que esse é um processo orquestrado, também, para num primeiro momento reduzir a importância política do Estado para, depois, ele vir e recuperar para o Estado de Santa Catarina essa força política.

Na verdade isso é um problema de gerenciamento, de espaço político, que o Estado de Santa Catarina muito pouco está tendo.

O nosso Governador tem se esmerado muito mais em viajar para fora do Estado de Santa Catarina e preferencialmente para fora do País até do que se preocupar em trazer para Santa Catarina, em garantir para Santa Catarina os instrumentos políticos necessários para uma promoção e uma sustentação do nosso Estado.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado, V.Exa. está falando da Cesec, e esse assunto o Deputado Jorginho Mello levantou na semana passada.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sim. Eu estou reforçando essa questão para fazer essa associação que fiz ao final da minha manifestação.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Eu acho esse assunto muito grave. Não é só o Cesec como V.Exa. salientou. Eu, na semana retrasada, fiz algumas colocações sobre o Ministério das Minas e Energia. E a Delegacia

aqui também está encerrando suas atividades, mas não é só o serviço do Patrimônio da União. Até os serviços de telefonia, que foram privatizados, de celular principalmente, agora, que uma parte passou ao controle do Paraná, até para V.Exa ter uma idéia, esses serviços quando se reclama nos finais de semana, sabe onde é feito esse atendimento? Faz uma reclamação do celular, desapareceu um celular ou assim por diante, é feita no Paraná, em Curitiba, onde é atendido todo o Paraná e Santa Catarina. Às vezes, para obtermos uma informação leva em torno de trinta a quarenta minutos, no final de semana. Vejam que até esse tipo de atendimento está indo para lá.

Abordei muitas vezes aqui que iríamos sofrer muito no Estado não só com esse problema corporativo, de empregados, de demissão, como o que V.Exa acabou de citar sobre o Cesec, mas outras empresas que prestam serviço no Estado de Santa Catarina vão sofrer sérios problemas também.

O comércio do Estado de Santa Catarina vai perder com a saída principalmente da Telesc, sendo comandada em grande parte pelo Paraná. No que diz respeito ao celular, nós vamos perder também uma série de serviços.

Eu já solicitei à minha assessoria que faça um levantamento (talvez nós possamos unir esforços) dos prováveis prejuízos que o Estado de Santa Catarina está tendo e irá ter no que toca a saída de todas essas entidades daqui, do Estado, no órgão federal.

Fazem isso aqui e ninguém reclama, nem o Governo do Estado. E nós aqui ficamos circunscritos a este recinto. Então, acho que deveríamos tomar uma providência um pouco mais profunda.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - É exatamente isso, Deputado Lício Silveira, porque as nossas reclamações são muito tímidas. E não há argumentação mais técnica, mais consistente que permita convencermos que de fato tem que ser assim.

Na semana retrasada falávamos do Serviço de Patrimônio da União. Se comparar costa a costa Paraná e Santa Catarina, não há como imaginar que um Estado que tenha uma costa do tamanho que tem o Estado de Santa Catarina possa se submeter ao Estado do Paraná. Mas está para acontecer.

Certamente o Deputado Jorginho Mello deve ter lido a íntegra do documento quando fala sobre o volume de movimentação de documentos no serviço de compensação. E Santa Catarina é citado aqui como um dos cinco Estados com maior movimentação. Portanto, não é nenhum estadozinho.

Então, essa auto-estima, essa perda de auto-estima parece que é alguma coisa que está ficando muito forte em todos nós, e infelizmente estamos nos acostumando a nos considerar pessoas de fato um zero mesmo.

Nós começamos a acreditar que não somos importantes e perdemos a condição de lutar por isso. Esse processo de perda de auto-estima é muito perigoso. O nosso Estado mergulhou nesse processo, e nós temos que reagir contra isso.

Então, a minha manifestação nesse primeiro momento é exatamente na direção disso.

Num segundo momento quero pedir aos nossos representantes dos setores, aliás, eu não diria representantes dos setores, mas ao Deputado Afonso Spaniol, que já algumas vezes veio à tribuna para falar dos serviços do Banco do Brasil, e ao Deputado Jorginho Mello, que já o fez tantas vezes por conta do Besc - e nenhum de nós questiona a importância dessas instituições financeiras - para reforçarem um fato que está acontecendo e que também me parece um deturpamento da presença e da importância dessas entidades.

Eu vou me referir às ameaças constantes que existem proporcionadas por essas instituições financeiras com relação à sua saída

de algum Distrito, de algum Município, por conta, às vezes, do fator segurança pública, ou seja, pela existência de insegurança.

Nós sabemos que as agências bancárias se tornaram pólos e pontos de atratividade, porque a mercadoria ali é uma mercadoria chamada dinheiro. E naturalmente as pessoas buscam esses pontos para proporcionarem ali o seu assalto, fazerem ali o seu assalto.

O que está acontecendo? O que está acontecendo é que o Prefeito Municipal não quer perder a representação de uma agência bancária no seu Município. Isso é uma perda política que ele considera muito importante e da qual ele é muito questionado.

Os bancos por conta disso, ao invés de se estruturarem, de se organizarem e garantirem para si e para os seus funcionários a segurança de vida, começam a transferir para o Município a responsabilidade da segurança dos seus funcionários.

Existem casos, como foi, por exemplo, o Município de Araquari, que tem uma estrutura pequenissima com relação à segurança pública e que estava sendo cobrado para deslocar para o período de funcionamento do banco parte do efetivo que tem que garantir a segurança do Município. E o agente financeiro simplesmente disse o seguinte: Se não for assim, eu não posso permanecer. Se não for assim, eu não posso submeter os meus funcionários à insegurança.

Certo está o gerente neste aspecto. Mas o que o banco está fazendo, o que a instituição está fazendo para assegurar aos seus funcionários e ao seu negócio a garantia dessa segurança?

Será que vamos ter que pegar agentes, que têm a responsabilidade de guardar toda a população, e deslocar para cuidar de um negócio lucrativo, diga-se de passagem?

Será que não está na hora dos nossos bancos e agentes financeiros entenderem que não estão fazendo nenhum favor à população quando prestam seus serviços? E que eles têm a responsabilidade pelo seu negócio e pela sua comunidade?

Será que não está na hora de fazermos com que quem quer prestar serviço e quem quer ficar ao lado da população que de fato entenda isso e não queira penalizar toda uma comunidade por conta, infelizmente, desse momento em que vivemos, de insegurança pública? De entender que o funcionário tem que ser protegido? Que o funcionário não pode ficar submetido a essas questões e que a responsabilidade maior é do dono da atividade, é do gerente da atividade maior?

E ele que tem que ficar propiciando e proporcionando a segurança para o seu negócio e para os seus funcionários e não querer que uma comunidade toda fique a ser chantageada com essa especulação de sair ou não sair um serviço de prestação bancária ou de uma agência financeira.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Sr. Presidente e Srs. Deputados, catarinenses que visitam a Assembléia Legislativa, faço uso do horário destinado ao meu Partido para levantar uma questão.

Todos aqueles que se utilizam da BR-282, a partir de Santo Amaro em direção a Lages e ao Oeste do nosso Estado, deparam-se com um serviço patrocinado pelo Governo do Estado, especialmente do seu setor de Transportes e Obras, a remoção da camada asfáltica.

No momento em que o Estado vive uma situação calamitosa no que se refere a recursos, ele desembolsa recursos removendo alguns quilômetros de pavimento da BR-282, certamente constato, até como engenheiro rodoviário do DER, não necessário para este momento.

Questiono-me ao ver a realização dessa obra, vamos dizer, da restauração de um segmento bastante extenso da BR-282, que certamente não é e não seria o serviço mais adequado, ou a destinação de recursos para essa dita cuja restauração da BR-282, quando importantes obras como a Via Expressa Sul estão paradas, quando Santa Catarina está sujeito a perder os 12 milhões de reais previstos no Orçamento da União por não utilizá-lo - e certamente não poderá utilizar até dezembro -, quando obras importantes como a rodovia Capinzal/Tupitinga/Campos Novos nem um metro de serviço ou material recebeu ao longo dos quatro anos do atual Governo, e aquilo que tinha sido feito até o término do Governo anterior foi perdido, dinheiro público jogado fora.

Em um momento desses o Governo do Estado toma a iniciativa de realizar um serviço, o da remoção completa do pavimento de uma grande extensão da BR-282, onde eu deduzo que pode haver beneficiamento a esta ou àquela empresa, aliás, um serviço tendencioso.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Norberto Stroisch, estava no meu gabinete quando ouvi V.Exa. tratando disso que eu considero uma ação irresponsável.

Eu acho que a Assembléia Legislativa tem que frear aquela empreitada insana que eles vêm fazendo. De Alfredo Wagner para cá removeram quilômetros e mais quilômetros de asfalto sem uma perspectiva de recolocação. Essa loucura tem que ser freada, as máquinas têm que ser retiradas imediatamente de lá e tem que ser exigida a reposição da camada asfáltica. Eles estão acabando com a BR-282. De Alfredo Wagner para cá estão simplesmente destruindo tudo!

Esta é a interpretação que eu dou enquanto leigo que sou.

Nobre Deputado, V.Exa., que é engenheiro do quadro do DER, há de convir conosco que não se faz uma loucura desta natureza.

Então, a título de sugestão, valendo-me do aparte que V.Exa. me concede, gostaria de solicitar a convocação imediata do Diretor do DER. Que ele venha à Comissão de Transportes imediatamente, sem aquele interstício de um, dois ou três dias. Se possível, que venha hoje, senão amanhã sem falta, impreterivelmente, pois essa loucura tem que acabar. Se houver uma temporada de chuva, simplesmente a BR-282 vai se acabar naquele trecho.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Nobre Deputado, neste momento, quando a escassez dos recursos impera neste Governo, poderia muito bem ser feita uma operação tapa buracos, a custos reduzidos, o que daria condições de tráfego normal e de segurança à todos que utilizam aquela rodovia.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Quero, da mesma forma, ouvir o Deputado Ivan Ranzolin, que deseja, inclusive, utilizar uma parte do horário destinado ao PFL para a sua manifestação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Nobre Deputado, ao cumprimentar V.Exa, gostaria de dizer que desejo utilizar nem que fosse três minutinhos do horário do seu Partido, conforme nós combinamos, para tratar do mesmo assunto, que eu acho da maior irresponsabilidade dentro do setor de transportes de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Concedo alguns minutos a V.Exa., Deputado Ivan Ranzolin, representante da região serrana, que como nós utiliza muito aquela rodovia, pois sei que terá também condições de se manifestar com indignação, com certeza, a respeito desta obra.

Quando o Governo deixa de repassar recursos para as entidades que dão atenção à criança, ao idoso; quando o Governo deixa de cumprir seus compromissos com os servidores estaduais - e na semana passada tivemos a oportunidade de constatar que os servidores da agricultura estão há quase dois meses sem receber os seus vencimentos; quando o Governo deixa de cumprir seus compromissos com os demais Poderes, este, com certeza, não é o melhor momento para destruir um extenso pedaço da BR-282.

Esta será mais uma herança para o Governo que assumirá o comando de Santa Catarina a partir do mês de janeiro.

Sr. Presidente, o restante do tempo que cabe ao PFL será concedido ao eminente Deputado Ivan Ranzolin, que deseja também se ater a esta ação irresponsável, a esta obra, no meu entendimento, irresponsável que o Governo do Estado vem executando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que utilizará os quatro minutos que restam ao PFL.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Srs. Deputados, quanto ao assunto trazido aqui pelo Deputado Norberto Stroisch, eu já havia conversado com S.Exa. anteriormente, já que é engenheiro e conhece muito bem esse assunto, qual seja, a destruição da BR-282 no sentido Alfredo Wagner/Florianópolis.

Conversando hoje com o Deputado Vanderlei Rosso, elogiei a recuperação do trecho Alfredo Wagner-Rio Canoas. É uma estrada de primeira categoria, merece o nosso aplauso. Mas o trecho de Alfredo Wagner para cá, pela forma com que a empreiteira está fazendo, é uma agressão ao povo de Santa Catarina.

Deputado Gelson Sorgato, não sei se V.Exa. passou por lá, estão removendo o asfalto, deixando na pedra brita, e vão remover até em cima da serra, só depois é que vão começar a imprimação e, posteriormente, vão colocar a capa asfáltica.

Eu posso não dizer que esta não seja uma medida tecnicamente correta, mas a forma como está sendo conduzida é da maior irresponsabilidade.

Ora, poderiam ser retirados apenas dois ou três quilômetros, e só depois de feita a parte nova, retirar a outra parte. Quem trafega naquele trecho está enfrentando a terra, o barro, a poeira. Isto, tem que ser paralisado!

Não podemos concordar com esta irresponsabilidade! A BR-282, naquele trecho, transformou-se numa estrada perigosa, numa estrada que não oferece a mínima condição de tráfego. E nos dias de semana, o tráfego é interrompido, às vezes, por 15 ou 20 minutos, no sentido norte/sul e depois ao contrário, porque só tem uma pista.

Temos que tomar medidas urgentes, Srs. Deputados. A nossa sugestão é entregar hoje um requerimento à Mesa no sentido de que o DER se faça presente na Comissão de Transportes urgentemente, pois é preciso parar com a remoção do asfalto. Em alguns lugares, o asfalto removido ainda era da melhor qualidade, não havia um buraco sequer, e o asfalto de Alfredo Wagner, no trecho que foi removido, foi construído há cerca de 13 anos.

Portanto, a Assembléia deverá tomar algumas medidas, porque as máquinas estão lá só removendo. É uma coisa odiosa, causa realmente espécie o que está acontecendo na principal estrada de ligação entre o Planalto, o Vale do Rio do Peixe, o Oeste e o extremo Oeste de Santa Catarina.

Pelo amor de Deus, não podemos ficar omissos, temos que tomar medidas diante de tamanha irresponsabilidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos doze minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta oportunidade, trago ao conhecimento da Casa o relatório final das atividades levadas a efeito pela Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos do Estado de Santa Catarina, constituída pela Lei nº 10.719, publicada em janeiro do corrente ano.

São integrantes desta Comissão quatro representantes do Governo do Estado, o advogado Genir José Destri, o jornalista Luiz Carlos Cancellier de Olivo, a advogada Marilda Machado Linhares e o engenheiro Cesar de Barros Pinto; um representante dos ex-presos políticos, o advogado Rogério Duarte de Queiroz; um representante da OAB, o advogado Aldo Pedro Dittrich; uma representante do Ministério Público, Dra. Rosa Maria Garcia; um representante do Conselho Regional de Medicina, Dr. Diogo Nei Ribeiro, e um representante desta Casa, o Deputado que ora se manifesta.

Depois de exaustivo trabalho, que consumiu 27 reuniões semanais, levadas a efeito no período de 29 abril a 27 de outubro, a Comissão analisou os 415 pedidos que lhe foram formulados, tendo recaído à Relatoria em média 47 feitos a cada qual membros da Comissão. E deste total que mencionei, 415 postulações, 355 processos restaram deferidos, os demais indeferidos por falta de enquadramento na Lei de Regência, por protocolizarem posterior ao prazo estabelecido na lei ou por outros motivos declinados na decisão indefinitória.

Dos 355 processos que foram deferidos, a indenização variou, de acordo com a lei, entre o mínimo de R\$5.000,00 e o máximo de R\$30.000,00, tendo havido uma doseimetria na aplicação desses valores, levando em conta os critérios de prejuízos sofridos pelas pessoas beneficiárias, de danos que foram infligidos e outros valores de acordo com o preceituado, com a lei aprovada nesta Casa.

Então, dentro deste contexto, 55 beneficiários farão jus a uma indenização de R\$5.000,00, 18 a uma indenização de R\$7.500,00, 9 deles a uma indenização de R\$10.000,00, 154 a indenização quantificada em R\$15.000,00, 74 no valor de R\$20.000,00, 7 no valor de R\$25.000,00 e, por último, 38 no valor maior, no teto de R\$30.000,00, perfazendo, assim, um total R\$5.605.000,00.

Agora, de conformidade com a Lei de Regência, o Relatório foi entregue no último final de semana ao Sr. Governador, que tem o prazo de 30 dias para baixar o competente decreto, reconhecendo a obrigação de indenizar, determinando ao setor competente da Secretaria da Fazenda que providencie o pagamento aos beneficiários.

É importante salientar que dos 355 processos que mereceram o deferimento, 277 deles foram deduzidos ou foram requeridos pelos próprios interessados e 138 outros por representantes, tendo em vista o falecimento dos titulares do direito reclamado.

Por esta razão, nestes processos em que não houve o requerimento pelo próprio interessado e que há ou possa haver alguma

dúvida com relação ao titular do crédito, a opção sugerida pela Comissão é no sentido de que seja feito o empenho, mas que só se implemente o pagamento com a efetiva comprovação pela pessoa de que tem a condição de perceber, pelo preso político falecido, a indenização correspondente.

É oportuno trazer ao conhecimento desta Casa a seriedade, o denodo com que a Comissão se debruçou sobre este processo, com aquelas reuniões semanais a que me reporte anteriormente, levadas a efeito num clima de extrema seriedade, de consideração às questões que foram postas, com a realização das diligências necessárias para, tanto quanto possível, fazer valer na prática, dar concretude à vontade do legislador, representando, assim, a população de Santa Catarina.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na dupla condição de autor da lei e de representante desta Casa naquela Comissão, sinto-me compelido a fazer este registro e sinto-me, sobretudo, obrigado a registrar a proficiência com que esta Comissão des-cumbiu-se do seu trabalho.

Aproveito esta oportunidade para fazer chegar às mãos de V.Exa. o relatório final e oficial das atividades, pois, tendo tido a participação de um representante desta Casa, é importante que os dados dela defluentes fiquem consignados nos Anais desta Casa para futuras consultas e futuros registros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Dentro do horário dos Partidos Políticos, ainda restam seis minutos ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PDT.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Deputados do PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência quer fazer a seguinte proposição aos Líderes de Bancada: suspender por 30 minutos a presente sessão, para que possamos fazer uma reunião para decidir sobre as matérias que constam da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Consulto os Srs. Líderes sobre a referida proposição.

Com a palavra o Sr. Deputado Gilson dos Santos, Líder do PPB.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, se V.Exa. não fizesse este encaminhamento, eu tomaria a liberdade de fazê-lo. Acho oportuna esta reunião, uma vez que temos algumas matérias que precisam ter desta Casa um posicionamento no dia de hoje.

Por esta razão, concordo com a reunião da Presidência com as lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os demais Líderes para saber se concordam coma suspensão da sessão.

(As demais Lideranças aquiescem.)

Com a concordância de todos os Líderes, está suspensa a sessão por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 26 Srs. Deputados. Há *quorum* para deliberação.

Antes de iniciarmos as votações, dou conhecimento ao Plenário de que esta Presidência recebeu o Ofício nº 2.054, da Casa Civil, com o seguinte teor:

(Passa a ler)

"Mensagem nº 3940, do Sr. Governador do Estado

Excelentíssimo Sr. Presidente e demais Membros da Assembléia Legislativa,

Dirijo-me a V.Exas. para solicitar, respeitosamente, a retirada da pauta da Mensagem nº 3929, de 24 de novembro de 1998, encerrando a sua tramitação legislativa."

A Presidência defere de plano.

Fica, portanto, retirada a referida mensagem.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Gostaria de deixar muito claro e registrado nos Anais que nós só efetuamos a retirada da mensagem do Governador tendo em vista a posição fechada do PPB e do PFL, através de seus Líderes, que se manifestaram contrariamente sobre esta posição de não permitir que o Governador viaje.

Como sempre, tentamos todo e qualquer acordo através das lideranças, o que desta vez não foi possível. Nós queremos deixar claro que a retirada é exclusivamente por não termos visto nem uma possibilidade de ser aprovado, tendo em vista a posição dos Líderes do PPB e do PFL e a indecisão do Líder do PSDB.

Portanto, infelizmente, nós queremos registrar esta posição, porque é esta a primeira vez que acontece isso no Estado de Santa Catarina, ainda mais agora, numa viagem que era custeada totalmente pelo Estado, que fez o convite. Mas, simplesmente, por uma posição como a de hoje, não explicável, que até sabemos o motivo, não dá para admitir que aconteça isso.

Na quinta-feira, numa reunião de Líderes, nós tentamos. Fizem-me novamente de porta-voz para falar com o Governador sobre questões que até vou deixar de relatar para que não fique registrado nos Anais da Casa. E agora, novamente, tentamos um novo acordo, mas não foi possível. Infelizmente a única possibilidade que nos restou foi a retirada da mensagem.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, eu queria, nesta oportunidade, até porque fui citado nominalmente, dizer a V.Exa. e a esta Casa que a Bancada do Partido Progressista Brasileiro, tanto na reunião de quinta-feira última, quando estava sendo discutida a mensagem de autorização para o Governador afastar-se do País, quanto no dia de hoje, nós, inicialmente, adentramos na reunião convocada por V.Exa. com a posição de uma consulta sem maiores considerações, sendo que tivemos, da maioria da Bancada, a negativa da autorização ao Sr. Governador do Estado.

Não satisfeitos com aquela reunião, tendo em vista que não tinha havido um diálogo mais aprofundado com a Bancada, convocamos uma outra reunião. E, nesta última reunião, tivemos a oportunidade de dialogar com todos os Parlamentares da Bancada do PPB, que, por unanimidade, opinou pela não-autorização ao Governador Paulo Afonso em fazer a viagem à Espanha, tendo em vista que o momento, agora, Sr. Presidente, é de inoportunidade, uma vez que o Estado de Santa Catarina, a exemplo de outros Estados da Federação, vive um momento de transição, não podendo prescindir da presença do Comandante maior, que é o Governador do Estado.

Por esta razão, nós optamos não como fechamento de questão, até porque todos os Parlamentares estão absolutamente livres para opinar e votar nessa mensagem, mas o fizemos de maneira consciente e, acima de tudo, respeitando a maioria dos Srs. Parlamentares da minha Bancada.

Portanto, Sr. Presidente, fizemos com a consciência absolutamente tranqüila de que estamos dando uma demonstração de democracia, e democracia dos dois lados.

Não quero aqui entrar, em absoluto, em qualquer tipo de polêmica que não seja aquela que levou a nossa Bancada a tomar a decisão da negativa da mensagem, porque, sem dúvida nenhuma, neste instante é absolutamente inoportuna a viagem do Sr. Governador.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, quero deixar claro que a posição deste Deputado é contrária à viagem do Governador, e a posição do Deputado Francisco Küster é favorável. O PSDB não fechou a questão; portanto, o PSDB não está indefinido, como disse o Deputado Romildo Titon.

Então, esta é a posição do PSDB. E este Deputado tem uma posição contrária à viagem.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Sr. Presidente, quero lembrar a este Plenário que há menos de 30 dias a Assembléia Legislativa de Santa Catarina concedeu, de forma unânime, se não me falha a memória, a autorização para que seu Governador se ausentasse do País.

Da mesma maneira, nós não nos fur-tamos, após o primeiro encontro, realizado no gabinete desta Presidência, de conversar com os membros da Bancada e ouvir as manifestações dos mesmos. Entendeu a Bancada que não haveria necessidade de fechamento da questão, e sendo o encaminhamento pela não-aprovação de autorização da viagem, os membros da Bancada votariam conforme o seu entendimento.

Comuniquei a V.Exa. do pensamento dos membros da Bancada presentes àquela reunião. E quero lembrar que na Bancada do PMDB parece-me que também não houve unanimidade quanto a aprovação da autorização da viagem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 122/98, de autoria do Deputado Ivo Konell, que insere parágrafo no art. 13 da Lei nº 10.472, de 12 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política florestal do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Saúde e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 188/98, de autoria do Deputado Sergio Silva, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.793, de 16 de outubro de 1980, que "dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências".

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Saúde e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.



Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 275/98, de autoria do Deputado Sergio Silva, que denomina Dr. Osvaldo Altino Dória a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, localizada na cidade de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Saúde e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 148/98, de procedência governamental, que autoriza a reversão de imóvel no Município de Alto Bela Vista.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 253/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Santa Cecília.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 256/98, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Ascurra.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 260/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Benta Pereira Simas, residente em Governador Celso Ramos.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 293/98, de procedência governamental, que autoriza permuta de imóveis no Município de Braço do Trombudo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 247/95, de autoria do Deputado Adelor Vieira, que convalida os termos do Decreto nº 29.820, de 29 de julho de 1986, que denomina o Hospital Regional de Araranguá de Afonso Ghizzo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 399/97, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que cria o Fundo de Crédito Popular do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Gostaria de solicitar a retirada da pauta do Projeto de Lei nº 015/98, deixando para amanhã a sua discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Sendo V.Exa. o Autor do projeto, e como já há precedentes neste sentido na Casa, a Presidência retira o projeto da pauta da Ordem do Dia de hoje, incluindo-o na pauta de amanhã.

O Sr. Deputado Onofre Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Agostini - Sr. Presidente, nós demos entrada a um requerimento - por isso a minha interferência neste momento - cujo teor entendemos de muita importância, haja vista que o Ipsc determinou pagamento a todos os pensionistas que recebem até mil reais; os que recebem acima de mil reais, não vão receber nada.

Então, demos entrada a este requerimento para que o Ipsc pague também aqueles que recebem acima de mil reais, que pague no mínimo mil, porque esses pensionistas têm água, luz, telefone e alimentação para pagar e não vão receber. E apelo para que este requerimento possa, se possível, ser votado hoje, para que o Ipsc se manifeste e permita que os pensionistas que percebem acima de mil reais possam receber, no mínimo, mil reais.

Portanto, o apelo que eu faço aos Líderes de Bancada é que permitam que este requerimento seja votado hoje, dada a urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência prorroga a sessão por mais uma hora, e consulta os Srs. Líderes sobre a inclusão do presente requerimento na pauta de hoje.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PPB, não temos nada contra à apreciação deste

requerimento hoje, apesar de sabermos que é apenas mais um requerimento, não vai sensibilizar ninguém do outro lado. Mas, sem dúvida nenhuma, nós estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

Requerimento de autoria dos Deputados João Henrique Blasi, Pedro Uczai e Jaime Mantelli, Líderes do PMDB, PT e PDT, respectivamente, que solicita seja submetido à deliberação do Plenário o regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº PC 09/98, de procedência governamental, que "dispõe sobre o quadro complementar de policiais militares e estabelece outras providências".

Em discussão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Solicito verificação de *quorum*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

Solicito ao Sr. Secretário que proceda uma nova chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*. (Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 18 Deputados.

Não há *quorum* para deliberação.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de *quorum*.

Requerimento de autoria da Bancada do PMDB, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, reivindicando estudos e providências para o equacionamento da conjuntura dos agricultores catarinenses com compromissos financeiros com a União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de *quorum*.

Requerimento de autoria dos Deputados João Henrique Blasi, Pedro Uczai e Jaime Mantelli, Líderes do PMDB, PT e PDT, respectivamente, que solicita seja submetido à deliberação do Plenário o regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº PC 11/98, que "dispõe sobre o quadro especial de policiais militares e estabelece outras providências".

Em discussão.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Tive que me ausentar do Plenário, Sr. Presidente, e queria ver da possibilidade de transferir para a sessão de amanhã, porque eu ainda tenho algumas informações a passar para as Lideranças do PFL e do PPB a respeito dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Há três requerimentos nesse sentido, e dois já tiveram encerrada a sua discussão, sendo deixada a votação para amanhã. Este também terá só discussão, uma vez que não há *quorum* para votação.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, reivindicando providências no sentido de viabilizar a reconstrução do muro do grupo escolar Joaquim João Cardoso, no Município de Biguaçu.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini e outros, que solicita regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 20/98, que regula, no âmbito estadual, a gratuidade determinada pela Lei Federal 9.534/97.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Requerimento de autoria do Deputado Olices Santini e outros, que solicita regime de urgência na votação do Projeto de Lei nº 0024.8/98, que "dispõe sobre a isenção do pagamento de serviços prestados pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma), nas condições que menciona".

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Félix Neto, cumprimentando-o pelo recebimento da Comenda do Mérito Desportivo 98.

A Presidência defere de plano.  
Requerimento de autoria dos Deputados Gilmar Knaesel e Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, reivindicando reestudo referente ao não-fechamento da agência da Telesc no bairro Garcia, em Blumenau.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Requerimento de autoria do Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília e ao Presidente da Telesc, reivindicando providências urgentes no sentido de viabilizar a ligação das linhas de telefonia celular fixa que foram vendidas a agricultores das diversas regiões do Estado.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Requerimento de autoria do Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Banco do Brasil, pedindo a manutenção da câmara de compensação do Banco do Brasil em Florianópolis.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser encaminhado ao Governador do Estado, solicitando que sejam encaminhados a esta Casa a relação nominal e o local de atuação dos fiscais do Departamento de Transportes e Terminais - Deter -, em atividade em Santa Catarina.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo para que determine junto ao Ipesc o pagamento de todos os pensionistas até a quantia de mil reais.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quorum.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO REMO CARAMORI - Sr. Presidente, através de V.Exa. gostaríamos de convocar, se possível, o Diretor-Geral do DER para, no dia de amanhã, às 17h, na Comissão de Transportes, prestar esclarecimentos quanto à retirada do asfalto na BR-282, no trecho próximo a Alfredo Wagner.

O asfalto está sendo retirado num longo trecho, e não vejo necessidade disso. A poeira e os restos de asfalto estão causando problemas, estão dificultando o trânsito naquele trecho.

Sr. Presidente, o Diretor do DER já recebeu um convite para comparecer amanhã na referida Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a ponte que liga São José a Palhoça, mas seria de bom alvitre que o convite fosse feito através da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não há nenhum impedimento que se

faça este convite, Sr. Deputado, e determino à assessoria que seja encaminhado o convite através da Mesa

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, acho que devemos convocar também o Secretário dos Transportes, autoridade superior ao Diretor do DER, para prestar esclarecimentos a respeito do assunto.

Vamos usar as prerrogativas e a força que a Assembléia tem para convocar o Secretário dos Transportes, a fim de que compareça urgentemente na Comissão e esclareça os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, Deputado!

Esta Presidência também conhece bem a situação da BR-282 e soma-se aos protestos que foram feitos da tribuna; ocorre que, no caso de convocação, dependemos de formalização de requerimento, que deverá ser votado inclusive em Plenário.

Por isso, dada a urgência, se V.Exas. entenderem necessário, será feito o convite ao Diretor do DER, e nada impede que algum Deputado formalize um pedido de convocação, que será levado à votação amanhã, em face da falta de quorum no dia de hoje.

Fica mantido, portanto, o convite ao Diretor do DER, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Transportes.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal. Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)  
Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 249/98, discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 221/98, discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 15/98 e os requerimentos cuja discussão foi encerrada no dia de hoje.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE E ESPECIAL

#### ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Júlio Teixeira, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Pedro Uczai e, em substituição ao senhor Deputado Eni Voltolini, o senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e

aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou o Projeto de Lei Complementar nº 016.1/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos; o Projeto de Lei nº 251.2/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Olices Santini relatou os Projetos-de-Lei nºs 216.1, 242.1, 272.2, 276.3, 281.3 e 304.7/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 271.0, 274.8 e 303.4/98, exarando pareceres favoráveis à diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Romildo Titon relatou o Projeto de Lei nº 308.8/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Miguel Ximenes relatou a Mensagem de veto nº 3868/98, exarando parecer pela rejeição, que

posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 407.0/97, 233.0 e 309.0/98, exarando pareceres pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Pedro Uczai relatou os Projetos-de-Lei nºs 023.8 e 294.5/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou o Ofício nº 049.8/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 310.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 406.7/97, 321.9 e 322.9/98, exarando pareceres favoráveis pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente  
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente  
Deputado Romildo Titon - Membro  
Deputado João Henrique Blasi - Membro  
Deputado Miguel Ximenes - Membro  
Deputado Pedro Uczai - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Olices Santini, Romildo Titon, João Henrique Blasi e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Otávio Gilson dos Santos que manifestou seu voto/vista ao Projeto de Lei complementar nº 016.1/98, exarando parecer pela diligência à origem, a fim de que se proceda os cálculos necessários, correlacionando os respectivos montantes com os valores dos repasses previstos nos moldes das normas orçamentárias em vigor, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Júlio Teixeira relatou os Projetos-de-Lei nºs 282.6 e 300.6/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; manifestou voto/vista aos Projetos-de-Lei-Complementar nº 017.4/98 e 018.7/98, exarando pela diligência à origem, para que se proceda os cálculos necessários, correlacionando os respectivos montantes com os valores dos repasses previstos nos moldes das normas orçamentárias em vigor, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou o Projeto de Lei Complementar nº 015.9/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 221.1/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Decreto Legislativo nº 016.8/98, exarando parecer favorável à diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Eni Voltolini relatou o Projeto de Resolução nº 012.3/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 320.3/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir o senhor Presidente convocou a todos os presente para reunião extraordinária, às 10 horas, para o dia 25 deste mês. Foi aprovado a redação final do Projeto de Lei nº 205.5/98. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavei a presente reunião, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente  
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente  
Deputado Eni Voltolini - Membro  
Deputado Olices Santini - Membro  
Deputado Romildo Titon - Membro  
Deputado João Henrique Blasi - Membro  
Deputado Pedro Uczai - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia trinta do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Olices Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi e Miguel Ximenes, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente recebeu a justificativa do senhor Deputado Pedro Uczai, que manifestou-se impedido de relatar a Mensagem nº 3929/98, por ter assumido compromisso inadiável neste. Assim, o senhor Presidente designou o senhor Deputado Olices

Santini, que relatou a Mensagem exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, lavei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente  
Deputado Olices Santini - Membro  
Deputado Jorginho Mello - Membro  
Deputado Romildo Titon - Membro  
Deputado João H. Blasi - Membro  
Deputado Miguel Ximenes - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL RES.DP N.039/98**

Data: 03 de dezembro de 1998

Horário: 08:30 horas

Presidente: Deputado Herneus de Nadal

Relator: Deputado Júlio Teixeira.

Aos três dias do mês de dezembro de 1998, às oito e trinta horas, por convocação formalmente realizada pelo Senhor Presidente, reuniram-se os Senhores Deputados Herneus de Nadal, Presidente, Júlio Teixeira, Relator, Jaime Mantelli, Pedro Uczai, e Olices Santini, representando o Senhor Deputado Ivan Ranzolin, todos integrantes da Comissão Parlamentar Especial, constituída pela Resolução DP N. 039/98, de 24 de novembro de 1998, com o objetivo de analisar a indicação do Senhor Deputado Ivo Konell para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, apresentada pelo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n. 3913, de 18 de novembro de 1998. Saudando a todos o Senhor Presidente abriu a reunião e concedeu a palavra ao Deputado Relator para que fizesse a apresente sua proposta de Cromograma de Trabalho. O Deputado Júlio Teixeira invocou o direito previsto no art. 230 do Regimento Interno, que no seu entendimento o prazo de apresentação do seu Parecer é de dez dias a contar da de instalação da mesma. O Presidente apresentou outra proposta, que na sua interpretação o prazo de dez dia, previsto do Regimento Interno da Casa, é o prazo total para a Comissão encerrar os seus trabalhos, sugerindo o seguinte cromograma de trabalho: no dia 07/12/98 o Relator apresentará seu Parecer a discussão e deliberação da Comissão; do dia 07/12 a 09/12/98 - prazo previsto para concessão de Pedidos de Vista, de houeverem; dia 09/12/98 - Pedidos de Vista em mesa com discussão e votação final do Parecer da Comissão; dia 10/12/98 - Publicação do Parecer no Diário da Assembléia; dia 11/12/98 remessa do processo a Mesa Diretora para as providências necessárias. Colocadas em discussão as proposta foram exaustivamente debatidas pelos Senhores Deputados Jaime Mantelli, Olices Santini, Herneus de Nadal e Júlio Teixeira. Colocadas em votação foi aprovada por 03 votos a proposta formulada pelo Presidente, acompanhado pelos votos do Senhor Deputado Jaime Mantelli e Pedro Uczai e Herneus de Nadal, e votando a favor da proposição do Relator Senhor Deputado Olices Santini e o Deputado Júlio Teixeira. O Senhor Deputado Júlio Teixeira, manifestou-se dizendo que acatava a decisão da maioria, mais que registrava que buscou incessantemente em todos os momentos e por todos os meios a aprovação de sua proposta que previa o prazo de dez dias , a contar da instalação da Comissão, para o Relator apresentar seu Parecer. Como foi decidido a próxima reunião desta Comissão será realizada dia 07 de dezembro próximo, e foi acordado o horário de 17:00 horas, nesta mesma sala. Não havendo mais a nada a tratar o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião e eu, Florindo Testoni Filho, funcionário da Assessoria e Consultoria Parlamentar, Secretário "ad doc", lavei a presente ata que lida, discutida e aprova, será assinada pelos Membros desta Comissão. Florianópolis, 03 de dezembro de 1998.

Deputado Herneus de Nadal - Presidente  
Deputado Júlio Teixeira - Relator  
Deputado Jaime Mantelli - Membro  
Deputado Pedro Uczai - Membro  
Deputado Olices Santini -  
Representado o Deputado Ivan Ranzolin.

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS**

**COMISSÃO ESPECIAL - RESOLUÇÃO DP Nº 039/98  
CONVOCAÇÃO**

O Deputado Herneus de Nadal, Presidente da Comissão Parlamentar Especial, constituída pela Resolução DP Nº 039/98, de 24/11/98, com objetivo de analisar a indicação do Senhor Deputado Ivo Konell para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, através da Mensagem nº 3913, de 18 de novembro de 1998, convoca os Senhores Deputados membros, Júlio Teixeira, Relator, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli e Pedro Uczai, para reunião que realizar-se-á no dia 09 de dezembro de 1998, às 17:00, na sala de reuniões nº 26 deste Poder Legislativo, objetivando dar continuidade aos trabalhos, especialmente a leitura dos votos do referentes aos Pedidos de Vista e deliberação final do Parecer sobre o objeto dessa Comissão. Florianópolis, 07 de dezembro de 1998.

Deputado Herneus de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

**COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL - RES Nº 28/98**

Florianópolis, 08 de dezembro 1998.

Ofício Nº 010/98/CPE

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Renovando cumprimentos, tenho a honra de, na qualidade Presidente da Comissão Parlamentar Especial constituída pela Resolução DP nº 28/98, convocar Vossa Excelência para a reunião deste órgão temporário, que tem como objetivo analisar a Representação nº 04/98, em que é representante Jefferson Luis Kravchychyn e outros e representado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Paulo Afonso Evangelista Vieira.

A propósito, cumpre-me realçar que este Colegiado decidiu, na reunião iniciada dia 03/12/98 e que se encontra suspensa desde então, que o reinício dos trabalhos dar-se-ia com a adoção, pela Mesa Diretora, do procedimento saneador do Processo em análise.

Tendo a Mesa Diretora deste Poder editado, em 07/12/98, Resolução que retifica seu ato anterior, esta Comissão poderá dar continuidade à discussão e, ao final, deliberar o parecer apresentado pelo eminente Relator.

Desta forma, os trabalhos já iniciados terão prosseguimento **hoje, dia 08/12/98, às 17h, na Sala 27** - de Reuniões das Comissões -, com a seguinte pauta:

- discussão e deliberação do Relatório.

Na oportunidade, reitero protestos de apreço e consideração,

Deputado Jorginho Mello

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL - RES Nº 28/98**

Florianópolis, 08 de dezembro 1998.

Ofício Nº 011/98/CPE

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Renovando cumprimentos, tenho a honra de, na qualidade Presidente da Comissão Parlamentar Especial constituída pela Resolução DP nº 28/98, convocar Vossa Excelência para a reunião deste órgão temporário, que tem como objetivo analisar a Representação nº 04/98, em que é representante Jefferson Luis Kravchychyn e outros e representado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Paulo Afonso Evangelista Vieira.

Consoante deliberado pelo Colegiado em sua reunião realizada (08/12/98) os trabalhos já iniciados terão prosseguimento no **dia 10/12/98, às 11h, na Sala 27** (de Reuniões das Comissões), com a seguinte pauta:

- discussão e deliberação do Relatório.

Na oportunidade, reitero protestos de apreço e consideração,

Deputado Jorginho Mello

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**PARECER****COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELA RES. DP 39/98**

PROCESSO : MENSAGEM N.º MG/03913/98, de 18.11.98

ORIGEM : Governamental

EMENTA : Indica o Senhor Ivo Konell para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

**1 - RELATÓRIO**

Trata-se da análise da indicação do candidato à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, submetida à Assembléia Legislativa através da Mensagem governamental n.º 3913, com o seguinte teor:

**"Tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, nos termos dos artigos 73, § 2º e 75 da Constituição Federal, e tendo presente a situação jurídica vigente decorrente de decisão judicial, a indicação que faço do senhor Ivo Konell para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado".**

Lida no Expediente da Mesa de 19 de Novembro de 1998, foi encaminhada à esta Comissão Especial para opinar no prazo de dez dias, conforme a disciplina do art. 230, do Regimento Interno deste Poder.

Constituída pela Resolução DP N.º 039/98, de 24 de Novembro de 1998 e integrada pelos Senhores Deputados Pedro Uczai, Júlio Teixeira, Hermeus de Nadal, Ivan Ranzolin e Jaime Mantelli, a Comissão Especial foi instalada em 01 de Dezembro de 1998, com a eleição do Presidente e do Relator.

É o Relatório.

**2 - VOTO**

Da Competência, Oportunidade e Conveniência da Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A Assembléia Legislativa está sendo provocada a decidir sobre a escolha de novo Conselheiro do Tribunal de Contas em face da ocorrência de vaga pela aposentadoria compulsória de membro da referida instituição.

Sobre a questão cabem algumas observações preliminares e a superação de problemas de ordem constitucional e legal.

Originalmente, o texto da Constituição de 1989 dispunha que:

"Art. 61 - .....

§ 2º - Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão escolhidos:

I - dois pelo Governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, indicados em lista tripla pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

II - cinco pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - Caberá à Assembléia Legislativa indicar Conselheiros para a primeira, Segunda, Quarta, Sexta e sétima vagas e ao Poder Executivo para a terceira e Quinta vagas."

As mesmas regras são repetidas no art. 9º, da Lei Complementar n.º 31, de 27 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Para cumprir o disposto no § 3º do art. 61, a Assembléia Legislativa aprovou o roteiro constante da Resolução n. 48/90, de 1.08.90, explicitando claramente em seu artigo 1º que "A escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, determinada no inciso II, do § 2º e § 3º do art. 61 da Constituição do Estado obedecerá às normas desta Resolução."

Dois Conselheiros foram escolhidos com base nas regras dessa Resolução, eis que disciplina as escolhas da Assembléia Legislativa (Art. 61, § 2º, II e § 3º).

Depois disso, em 20 de fevereiro de 1997, o Chefe do Poder Executivo propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 1566-4), pedindo que o STF declarasse inconstitucionais os "incisos I e II, do § 2º e § 3º, do artigo 61 da Constituição do Estado de Santa Catarina".

O Supremo Tribunal Federal, em 26 de maio de 1997, acolheu os argumentos governamentais deferindo a LIMINAR "para suspender, com eficácia ex nunc até final julgamento desta ação direta, a execução e aplicabilidade das normas inscritas no art. 61, § 2º, incisos I e II e § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina".

Com isso abriu-se um claro no corpo constitucional, ao mesmo tempo em que permaneceram íntegras - ainda que inconstitucionais - as regras constantes da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, e carente de disciplina outro tipo de escolha, dado às claras limitações do disposto na Resolução 48/90 da Assembléia Legislativa que disciplina, com exclusividade, a escolha dos Conselheiros pela Assembléia Legislativa (Art. 61, § 2º II, e § 3º).

Mesmo assim, o Chefe do Poder Executivo, interpretando à sua maneira o conteúdo da concessão de liminar pelo STF, indicou, em 18 de Novembro de 1998, o Senhor Ivo Konell para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas e declarou que o fazia "nos termos dos artigos 73, § 2º e 75, da Constituição Federal, e tendo presente situação jurídica vigente decorrente de decisão judicial".

Tal circunstância havia sido submetido à este Parlamento quando no dia 19 de maio do corrente, outra Mensagem Governamental indicava outro candidato a vaga, usando para isto os mesmos amparos Constitucionais.

A indicação procura dispensar a Constituição do Estado, uma vez que aponta como aplicáveis ao caso dispositivos da Carta Federal.

E a decisão judicial a que se refere o Chefe do Poder Executivo é tão somente a Liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal.

De todo o exposto, conclui-se que não pode a Assembléia Legislativa deliberar sobre a matéria neste momento. É necessário aguardar a decisão do STF, no mérito. Depois é preciso alterar o texto constitucional e, em seguida, o da Lei Orgânica do TCE.

Finalmente, é impositivo que se discipline por Resolução própria ou alteração do art. 230 do Regimento Interno, o processo de aprovação a que se refere o art. 40, XXIII, letra "a", da Constituição do Estado, particularmente quanto à "arguição pública" ali referida.

Ante as razões alinhadas, e sem entrar no mérito da indicação do Senhor Deputado Ivo Konell, proponho a suspensão da tramitação do presente processo até que se decida, no mérito, a ADIN 1566-4 e se façam as alterações constitucionais, legais e regimentais decorrentes dessa mesma decisão.

Através do presente instrumento, assim opino.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1998

**Deputado JÚLIO TEIXEIRA**

Relator

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/98****Suspende Execução de Lei**

**Art. 1º** Fica suspensa a execução de Lei nº 1681, de 15 de dezembro de 1992, do Município de Capinzal, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos de Arguição de Inconstitucionalidade Nº 97.015652-9, da Comarca de Capinzal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/12/98

Deputado Eni Voltolini

\*\*\* X X X \*\*\*